



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. III (2002)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

O Império Português Em Meados Do Século XVI

João Paulo Oliveira e Costa 

Como Citar | How to Cite

Costa, João Paulo Oliveira e. 2002. «O Império Português Em Meados Do Século XVI». *Anais de História de Além-Mar* III: 87-121. <https://doi.org/10.57759/aham2002.46878>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores

Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal

<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2002. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2002. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).

The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

O IMPÉRIO PORTUGUÊS EM MEADOS DO SÉCULO XVI¹

por

JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA *

No século xv e no início do século xvi, os Portugueses criaram um império marítimo, quase sem territorialidade, assente no domínio de rotas marítimas apoiadas por ilhas ou por portos situados nas orlas costeiras de África, Ásia e América. Mais tarde, em meados de Seiscentos, a maioria das posições que haviam permanecido ligadas apenas a essa lógica já não pertenciam ao império ou estavam em vias de cair. Nessa época, porém, o império não se desmoronou nem desapareceu; pelo contrário, reformulou-se, adquirindo então uma outra grandeza e uma nova configuração baseada na territorialidade.

Completo-se, assim, um lento processo de mudança das dinâmicas estruturais da Expansão que havia começado por meados do século xvi, no

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigador do Centro de História de Além-Mar.

¹ Este texto reproduz, com ligeiras alterações, a lição que apresentei nas provas para obtenção do título de Agregado no Grupo de História, na Disciplina de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, que decorreram na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, a 17 e 18 de Junho de 2002. Este trabalho completa um outro que apresentei ao X Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa (Salvador da Bahia, 4 a 9 de Dezembro de 2000) «A política expansionista de D. João III (1521-1557); uma visão global». Nesse trabalho focalizei o meu estudo na análise das principais linhas de força da política expansionista de D. João III e das diversas conjunturas que é possível identificar ao longo do seu reinado.

Entretanto, decorreu em Lisboa e Tomar, entre 4 e 8 de Junho de 2002, um congresso internacional sobre D. João III e o Império, mas esta lição foi preparada antes e não usa, por isso, informações novas decorrentes dessa reunião, embora me pareça que as ideias principais deste artigo vão ao encontro das linhas interpretativas mais inovadoras que foram bem acolhidas nesse evento. Do mesmo modo, já não tive em conta dois outros estudos recentes (Paulo Drummond BRAGA, *D. João III*, Lisboa, Hugin, 2002; Maria Leonor García da CRUZ, *A governação de D. João III: a Fazenda real e os seus vedores*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2001), obras que os autores tiveram a amabilidade de me oferecer, mas que não tive possibilidade de ler em tempo útil para a elaboração deste trabalho.

final do reinado de D. João III. É precisamente esse período especial da génese de novos comportamentos estruturais da Expansão que me proponho analisar, neste trabalho.

I. Uma conjuntura difícil (1521-1549)

O reinado de D. João III foi marcado por mudanças profundas nas áreas envolventes do Império Português, que se caracterizaram principalmente por uma pressão cada vez maior sobre as rotas e os entrepostos controlados pelos Portugueses, tanto no mundo atlântico como no oriental. Ao mesmo tempo, a Europa vivia também ela um período de transformações e de desafios complexos que acabaram por afectar o país.

a) O teatro euro-mediterrânico

A Cristandade enfrentava, então, o apogeu do império dos Otomanos, sob Soleimão o Magnífico (1520-1566)². Senhores da Anatólia, os Turcos haviam-se concentrado inicialmente na conquista da Europa balcânica, mas em 1516 Selim I tinha aberto uma nova frente de conquista e apossara-se do velho Império Mameluco, numa campanha fulminante concluída em 1517. O seu herdeiro, Solmeimão, prosseguira a expansão em várias direcções: avançara pelo vale do Danúbio, conquistara a ilha de Rodas e ganhara influência no norte de África, dominara o Mar Vermelho e a Mesopotâmia, e, finalmente, conquistara Bagdade, em 1534, e Baçorá, em 1546. Deste modo, a ameaça otomana atingia Portugal quer pelo Mediterrâneo quer pelo Índico, onde era, aliás, o maior adversário do Estado da Índia³.

Entretanto, em Marrocos decorria a unificação do país pelos Saadidas; esta dinastia, nascida no sul do território fizera da guerra santa contra os Portugueses, uma das suas bandeiras principais, e lograra conquistar Fez em 1549, pondo fim a um longo período de fragmentação política do noroeste

² Para a história do Império Otomano, segui principalmente Dimitri KITSIKIS, *L'empire Ottoman*, Paris, PUF, 1985; Robert MANTRAN, *Histoire de l'empire ottoman*, Paris, 1989. Sobre o período correspondente ao reinado de D. João III, veja-se ainda o livro de Adré CLOT, *Soliman, le magnifique*, Paris, Fayard, 1983.

³ Para a acção dos Portugueses no Oriente sigo, basicamente, o estudo que realizei com Victor Luís Gaspar RODRIGUES, sob a direcção de Luís Filipe THOMAZ, *Portugal y Oriente: el proyecto indiano del rey Juan* (título original *O Estado Português da Índia no século XVI*), Madrid, 1992; uso ainda especialmente o trabalho de Sanjay SUBRAHMANYAM, *The portuguese empire in Asia, 1500-1700. A political and economic history*, Londres e Nova Iorque, 1993.

africano que os Portugueses haviam aproveitado para dominar grande parte da sua orla costeira atlântica ⁴.

Por meados de Quinhentos, o Islão representava uma grande ameaça geo-estratégica à Cristandade que afectava directamente Portugal.

Enquanto crescia o poderio dos Muçulmanos, a Europa era abalada pelo Cisma protestante ⁵ e por uma grande instabilidade política ⁶. Portugal manteve-se neutral no seio da Europa e a sua situação periférica afastara-o bastante das polémicas que estiveram na base do Protestantismo, mas o país sentia dificuldades acrescidas de afirmação diplomática fora do contexto ibérico.

Dois factos bem distintos contribuíram para esta situação: por um lado, o rei perdeu prematuramente a maioria dos seus filhos e irmãos. Conforme se pode ver pelo quadro n.º 1 ⁷, D. João III, ao longo da sua vida, perdeu os seus 10 filhos e seis irmãos mais novos, tendo sido particularmente penoso o período entre 1 de Janeiro de 1537 e 20 de Setembro de 1540, pois nesses 33 meses morreram-lhe quatro filhos e quatro irmãos.

Este facto trágico limitou-lhe as hipóteses de negociar casamentos junto das cortes europeias; além disso, estes anos de definição do cisma protestante reduziam significativamente o campo das escolhas, ficando a Casa Real portuguesa quase confinada a uma política de sucessivos casamentos com a Casa de Áustria, ou a uma política de casamentos no interior do país, como sucedeu com os infantes D. Fernando e D. Duarte, que poderia ter salvaguardado a continuidade dinástica se tivesse sido suficientemente fecunda ⁸.

⁴ Cf. Bernard LUGAN, *Histoire du Maroc. Des origines à nos jours*, Paris, Perrin, 2000, pp. 129-182. Para uma visão global da presença portuguesa em Marrocos, vide David LOPES, *A expansão em Marrocos*, Lisboa, Teorema / O Jornal, 1989; Bernard ROSEMBERGER, «Le Portugal et l'Islam maghrebin (XV-XVI siècles)», in *Histoire du Portugal, Histoire Européenne*, Paris, Centro Cultural Português, 1987, pp. 59-84.

⁵ Para a história do Cristianismo baseamo-nos sobretudo em *Histoire du Christianisme* (dir. de J.-M. MAYEUR, C. PIETRI, A. VAUCHEZ e M. VENARD), 14 vols. (em publicação), especialmente vol. 6 (1274-1449), Paris, 1990; vol. 7 (1450-1530), Paris, 1994; vol. 8 (1530-1620). Veja-se também Jean DELUMEAU, *Le Catholicisme entre Luther et Voltaire*, Paris, PUF, 1985, 3.ª edição, revista; Hans KUNG, *O Cristianismo. Essência e História*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002 (original, 1994), pp. 427-449; 486-558.

⁶ Para as relações internacionais europeias nesta conjuntura segui, basicamente, Richard BONNEY, *The european dynastic states, 1494-1660*, Oxford, Oxford University Press, 1991.

⁷ Fonte: Joaquim Veríssimo SERRÃO, *História de Portugal*, 12 vols., Lisboa, Editorial Verbo, vol. 3, 1978, pp. 421-424.

⁸ O infante D. Fernando (1507-1534) casou em 1530 com D. Guiomar Coutinho, herdeira dos condados de Marialva e de Loulé, e foi feito duque da Guarda. A morte precoce do casal e dos seus descendentes levou ao desaparecimento desta Casa e desta linha de sucessão, tendo o condado de Marialva revertido para a Coroa, e o de Loulé passado para o infante D. Luís, em 1537, por via da sogra de D. Fernando. O infante D. Duarte (1515-1540), por sua vez, contraiu matrimónio, em 1537, com D. Isabel, irmã de D. Teodósio, 5.º duque de Bragança; por esta via

No campo católico a principal alternativa, apesar das graves convulsões internas, era a França⁹, mas Portugal nunca se ligara antes à monarquia gaulesa, e mais tarde, quando tentou negociar aí o casamento de D. Sebastião, o processo fracassou¹⁰. Além disso, no reinado joanino, a França era, na verdade, o grande rival de Portugal no Atlântico¹¹. Embora nunca tivessem afrontado formalmente os direitos de exclusividade reclamados por Portugal por via das bulas papais, Francisco I estimulava as acções predatórias dos seus súbditos no Atlântico, e Henrique II, rei desde 1547, apoiava os projectos de expansão francesa no Brasil¹².

*

O quadro das relações internacionais era, pois, muito mais complexo e ameaçador por esta altura do que quando D. João III herdara inesperadamente o trono português, no final de 1521¹³. Além disso, vivia-se, como refe-

foi feito duque de Guimarães, à custa do património da Casa de Bragança. O seu herdeiro varão, D. Duarte (1541-1576), já nasceria após o falecimento do infante, mas a casa ducal e a linha sucessória extinguir-se-iam à morte deste. Sobre esta matéria sigo, principalmente, os seguintes trabalhos: Miguel RODRIGUES e Luís Filipe OLIVEIRA, «Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação na 2.^a dinastia», *Revista de história económica e social*, Lisboa, Sá da Costa, n.º 22, 1988, pp. 77-114; João Cordeiro PEREIRA, «A estrutura social e o seu devir», in *Nova História de Portugal* (dir. Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES), Lisboa, Editorial Presença, vol. v, *Portugal. Do Renascimento à crise dinástica* (dir. João Alves DIAS), 1998, pp. 277-336. Sobre o caso concreto da nobreza titular no reinado de D. João III deve-se acrescentar o estudo de Jean AUBIN, «La noblesse titrée sous D. João III. Inflation ou fermeture ?», in *Le latin et l'astrolabe I*, Paris-Lisboa, Centre Culturel Calouste Gulbenkian – CNCDP, 1996, pp. 371-383.

⁹ Para a história da França quinhentista, além de obras mais específicas citadas adiante, vide Bernard QUILLIET, *La France du beau XVI^e siècle*, Paris, Fayard, 1998.

¹⁰ Cf. Pedro Soares MARTINEZ, *História diplomática de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1992, pp. 107-109.

¹¹ Cf. Ana Maria Pereira FERREIRA, *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Patrimonia Historica, 1995.

¹² Cf. Philippe HAUDRÈRE, *L'empire des rois (1500-1789)*, Paris, Éditions Denoel, 1997, pp. 28-30. Para a biografia dos monarcas franceses vide Jean JACQUART, *François I^{er}*, Paris, Fayard, 1994, 2.^a edição (1981); Ivan CLOULAS, *Henri II*, Paris, Fayard, 1985.

¹³ D. João II gizara o seu plano expansionista enquanto governava a costa da Guiné, e, em 1481, iria aplicá-lo, mesmo que seu pai não tivesse falecido após doença fulminante, como o prova a doação que D. Afonso V lhe fez dos territórios a sul do Bojador, em Maio desse ano, assim como o documento pontifício que nos atesta que a decisão de construir a fortaleza de São Jorge da Mina também foi tomada antes de o *Príncipe Perfeito* ser aclamado rei (cf. o meu artigo «D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II», in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 17, 1999, pp. 39-71). D. Manuel I tivera igualmente tempo para amadurecer a sua política expansionista enquanto D. João II era consumido pela doença que o vitimaria (sobre o processo de sucessão de D. João II vide Jean AUBIN, «D. João II devant sa succession», in *Le Latin et l'astrolabe II. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, Paris-Lisboa, Centre Culturel Calouste Gulbenkian –

rimos, o prenúncio de uma crise dinástica, devido à morte dos filhos do rei e de seis dos seus irmãos; além do infante D. Luís, que morreria sem descendência legítima em 1555¹⁴, e do cardeal D. Henrique, só restavam dois descendentes varões de D. Manuel I por via varonil legítima, o bisneto, D. Sebastião (1554-1578), herdeiro da Coroa, e o neto D. Duarte, 5.º duque de Guimarães (1541-1576), não esquecendo que do outro lado da fronteira vivia o outro neto de D. João III, o príncipe D. Carlos (1545-1568)¹⁵.

Esta fragilidade foi acentuada pelo facto de o infante D. Luís e mais tarde o 5.º duque de Guimarães não terem contraído matrimónio que gerasse descendência legítima o que é, por certo, um sinal de desorientação política, o que já se notou, igualmente, no final do reinado de D. João III pois não foram reunidas cortes para jurar D. Sebastião herdeiro da Coroa e D. João não deixou testamento com instruções sobre a regência, em caso do seu falecimento. O colapso quase total de duas gerações de príncipes reais motivou ainda que permanecesse nos circuitos mais próximos da Coroa uma velha fidalguia, pouco ajustada à realidade geo-estratégica e à dinâmica social que sustentava agora o processo expansionista.

CNCDP, 2000, pp. 49-82). D. João III, pelo contrário, estava ainda arredado da governação quando seu pai foi vitimado pela doença que o matou em poucos dias. Isto significa que o novo rei se viu forçado inicialmente a tomar decisões sem estar totalmente inteirado dos processos e logo numa altura em que se levantavam novos problemas, como o resultante da conclusão da viagem de circum-navegação por Sebastião del Cano. Os anos 20 correspondem, por isso, a um período de avaliação, concluído com a assinatura do tratado de Saragoça (1529).

¹⁴ O papel do infante D. Luís na história de Portugal queda por estudar, assim como a sua relação pessoal com o régio irmão. Este, tanto quanto se percebe, procurou sempre conservá-lo discreto na corte, sem lhe dar azo para mostrar os seus dotes de chefia e de guerreiro, assim como nunca promoveu o seu casamento, nem tendo em vista uma aliança diplomática nem consagrando uma política de consolidação da dinastia de Avis perante a tragédia dos príncipes que morriam sucessivamente. É sintomático dessa relação difícil o facto de D. Luís ser relacionado com os sectores da corte que pugnavam pelo ideal cruzadístico, em oposição, como veremos, ao modelo de expansão idealizado por D. João III. Segundo Damião de Góis, o infante sempre procurou participar na guerra contra os mouros, tendo mesmo tentado passar a Marrocos e à Índia, e só logrou participar na expedição de Carlos V a Tunes, em 1535, porque saiu secretamente do Reino (cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, parte I, cap. ci). Sobre este infante veja-se Sylvie DESWARTE-ROSA, «Espoirs et désespoir de l'infant D. Luis», in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 3, 1991, pp. 243-298. Também Francisco de Andrada refere que «perante a insatisfação de D. João, D. Manuel I começou a inclinar-se mais para seu filho D. Luís» (Francisco de ANDRADA, *Crónica d'el-rei Dom João o III*, parte I, cap. vi), o que ajudaria a compreender o maior apego deste infante à Cruzada. O facto de D. Manuel I lhe ter doado o (emblemático) título de duque de Beja logo em 1521, quando o infante tinha apenas 15 anos, parece enquadrar-se nesse relacionamento privilegiado e nessa possível sintonia ideológica.

¹⁵ Sobre as tentativas de interferência na sucessão dinástica portuguesa por Carlos V, através deste seu neto, vide Isabel M. R. Mendes DRUMMOND, *Um espaço, duas monarquias (inter-relações na Península Ibérica no tempo de Carlos V)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Hugin, 2001, pp. 245-254. Para o príncipe D. Carlos, veja-se também Ivan CLOULAS, *Philippe II*, Paris, Fayard, 1992.

Este quadro de algum imobilismo social era reforçado pelo facto de D. João III, entretanto, ter introduzido a Inquisição no Reino. Como é sabido, este organismo eclesiástico seria responsável pela saída do país de muitos dos mercadores de grande cabedal, por uma menor mobilidade social e por uma falta de pluralismo cultural; a sua existência era, por si só, um factor de maior intolerância na sociedade, de intranquilidade dos indivíduos e contribuiu, sem dúvida, para reforçar a sensação de decadência que era vivida por muitos naquele tempo.

b) *Os rivais do Império*

Além dos problemas já enunciados, a Coroa portuguesa enfrentava, em meados de Quinhentos, outros desafios difíceis que condicionavam significativamente a sua política ultramarina ¹⁶. Com efeito, o corso europeu junto ao continente ou nos Açores, a pirataria muçulmana, a acção de aventureiros na costa ocidental africana e dos Franceses no Brasil, e ainda a pressão otomana no Índico haviam levado a Coroa a empenhar muitos meios navais só em acções de defesa, a partir de 1520, ao contrário do que sucedera até essa época. Trata-se de um esforço de mobilização de recursos como nunca havia ocorrido antes: no século xv, as áreas de intervenção ultramarina ainda eram limitadas e Portugal não enfrentava concorrência significativa; depois, o alargamento da intervenção ao Índico decorreria sem que os negócios atlânticos tivessem sofrido desafios graves, mas a partir da terceira década quinhentista tudo mudara rapidamente.

A pirataria nas águas dos Açores levou a Coroa a criar a Armada das Ilhas, constituída em regra por seis a oito navios e uma tripulação com cerca de 500 homens, que tinha por missão escoltar os navios da Carreira da Índia, na torna-viagem, desde o arquipélago até à Península. Ao longo do reinado joanino, a pressão sobre as naus do comércio transoceânico nunca diminuiria, pelo que o rei teve sempre que empregar meios de defesa consideráveis no exercício da soberania sobre as águas dos Açores ¹⁷; além disso, estes meios militares apoiaram também, muitas vezes, as armadas das Índias de Castela, no percurso da torna-viagem ¹⁸.

¹⁶ Para uma visão global desta conjuntura é particularmente útil o estudo de Vitorino Magalhães GODINHO, «A viragem mundial de 1517-1524 e o Império português», in *Ensaio II*, Lisboa, Sá da Costa, 1978, 2.^a edição, pp. 205-221.

¹⁷ Cf. Artur Teodoro de MATOS, «A provedoria das armadas da ilha Terceira e a Carreira da Índia no século XVI», in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa – Actas* (ed. Luís de ALBUQUERQUE e Inácio GUERREIRO), Lisboa, IICT, 1985, pp. 63-72.

¹⁸ Conforme foi demonstrado por Artur Teodoro de MATOS, entre 1518 e 1598, as esquadras castelhanas vindas da América escalaram os Açores pelo menos em 39 ocasiões. Cf. «Os Açores e a Carreira das Índias no século XVI», in *Estudos de História de Portugal (Homenagem a A. H. Oliveira Marques)*, 2 vols., volume II – sécs. XVI-XX, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, pp. 93-117.

Entretanto, a presença de particulares no Atlântico tropical era irreversível. Muitas das vezes, esses navegantes atacavam os navios portugueses, assim como os seus entrepostos. No século xv, os meios navais da Coroa estavam concentrados, como referimos, numa faixa estreita do Atlântico e a concorrência era diminuta e mal conhecedora das águas tropicais. Agora, o Império crescera imenso, mas a concorrência estrangeira concentrava-se predominantemente na costa ocidental africana – a zona mais acessível aos aventureiros europeus. D. João III tentou ainda reforçar a presença portuguesa na região com a construção de uma nova fortaleza na Costa da Malagueta, mas as expedições, enviadas em 1532 e em 1540, foram mal sucedidas; no entanto, a partir de 1529, a zona da malagueta passou a ser patrulhada regularmente por esquadras portuguesas ¹⁹.

O comércio luso na região ressentia-se tanto da concorrência como da actividade predadora desses rivais, e o trato que foi então atingido mais duramente foi o da Mina que, na segunda metade do século, registaria sempre remessas de ouro inferiores às da primeira metade da centúria ²⁰. Também os habitantes do arquipélago de Cabo Verde se queixavam dos ataques frequentes de corsários franceses ²¹, embora o comércio de escravos prosperasse em meados do século, como veremos adiante.

O Estado da Índia, por sua vez, era incapaz de bloquear o acesso das especiarias ao Mediterrâneo. Ormuz era, aliás, um dos fornecedores desses produtos aos mercados do Golfo Pérsico, e os navios portugueses já não bloqueavam a boca do Mar Vermelho. Assim, a rota do Cabo sofria uma forte concorrência, e a Coroa decidiu encerrar a feitoria da Flandres, em 1549 ²².

Estas dificuldades não significam que o sistema comercial português entrara em colapso mas tão-só que o modelo monopolista idealizado pelo

¹⁹ Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, *Descobrimentos e economia mundial...*, vol. 2, p. 155. No que respeita às expedições fracassadas, Godinho não adianta pormenores relativamente à primeira, mas refere que a segunda foi destruída por uma tempestade.

²⁰ Cf. João Cordeiro PEREIRA, «Resgate do ouro na costa da Mina nos reinados de D. João III e D. Sebastião», in *Stvdia*, Lisboa, n.º 50, 1991, pp. 5-48.

²¹ Cf. Maria Manuel TORRÃO, «Actividade económica externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução», in *História Geral de Cabo Verde* (dir. de Luís de ALBUQUERQUE e Maria Emília Madeira SANTOS), Lisboa-Praia, IICT – Direcção-Geral do Património Cultural de Cabo Verde, vol. I, 1991, pp. 322-332.

²² Sobre a evolução dos negócios sob monopólio régio veja-se o estudo de Manuel Nunes DIAS, *O capitalismo monárquico português (1415-1549). Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*, 2 vols., Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1963-1964. Desta obra interessam-me sobretudo os dados apresentados, pois para uma visão interpretativa do papel do mercantilismo régio no âmbito da expansão portuguesa, parece-me muito mais objectiva a análise de Luís Filipe THOMAZ («Vicissitudes do Mercantilismo Régio Português»), apresentada no seu estudo *A questão da pimenta em meados do século XVI. Um debate político do governo de D. João de Castro*, Lisboa, CEPCEP, 1998.

infante D. Pedro²³, aplicado por D. Afonso V²⁴ e prosseguido pelos sucessores do *Africano*, começava a estar inadequado aos ventos da História. Olhando para os avanços e recuos que se iam verificando, podemos afirmar que os negócios no Atlântico e no Índico continuavam a crescer²⁵, mas o mercantilismo régio dava lugar, então, à preponderância crescente da iniciativa privada²⁶.

A estas mudanças, que podiam ser interpretadas como indícios de um certo declínio, juntavam-se outros sinais de uma aparente fragilidade do sistema militar.

De facto, a situação em Marrocos tornara-se insustentável; após a queda de Santa Cruz do Cabo de Gué (1541), o rei ordenou a evacuação de quatro praças, Safim e Azamor, logo em 1541, e Alcácer-Ceguer e Arzila, em 1550. A esta incapacidade para sustentar a investida dos Mouros, acrescentavam-se as grandes dificuldades por que passavam os Portugueses no Brasil. O sistema das capitanias-donatarias, ensaiado pelo monarca por meados da década de

²³ Para os primórdios da Expansão baseio-me, especialmente no estudo de Luís Filipe THOMAZ, «A evolução da política expansionista portuguesa na primeira metade de Quatrocentos», in *De Ceuta a Timor*, Lisboa, 1994, pp. 43-147. Parece-me particularmente importante a doação feita em 1443 por D. Pedro, o regente, ao infante D. Henrique, na medida em que esse diploma é a primeira intervenção política da Coroa portuguesa no sentido de controlar efectivamente as águas a sul do Bojador; a aplicação da carta de doação foi criando hábitos exclusivistas ligados a um particular, mas membro da família real portuguesa, e ganhou rapidamente uma expressividade diplomática, que acabou por ser consagrada pela Santa Sé, através da bula *Romanus Pontifex*, em 1455, documento em que assentaria a doutrina portuguesa do *mare clausum*.

²⁴ Sobre o papel do *Africano* na Expansão baseio-me nos meus estudos: «D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II», in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 17, 1999, pp. 39-71; «A formação do aparelho central da administração ultramarina portuguesa no século XV», in *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, CHAM, 2001, vol. II, pp. 87-114.

²⁵ Quanto à sustentabilidade deste crescimento vejam-se, por exemplo, Frédéric MAURO, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVIIe siècle (1570-1670)*, Paris, Centro Cultural Português, 1983; Luís Filipe THOMAZ, «A crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia», in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 9 (*O Estado da Índia e a Província do Norte, actas do VII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*), 1995, pp. 481-520. Sobre esta questão, Vitorino Magalhães Godinho apresentou uma imagem sugestiva, quando definiu a evolução da economia do império, neste período como um «jogo complexo de acordeão». Cf. V. M. GODINHO, «Les fluctuations économiques au XVIe siècle. Problèmes de diagnostic et d'interprétation», in *Revista de Economia*, Lisboa, vol. IX, fasc. III, 1956, p. 109.

²⁶ Há cerca de 40 anos, Virgínia Rau, à semelhança de Manuel Nunes Dias, realçava o que entendia ser uma fraqueza estrutural do império português no reinado joanino – o facto de a economia ter revelado uma falta de liquidez sistemática, que levava a Coroa a recorrer regularmente ao crédito para manter a operacionalidade do império (cf. Virgínia RAU, «Os mercadores-banqueiros estrangeiros em Portugal no tempo de D. João III (1521-1557)», in *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Lisboa, Editorial Presença, 1984, pp. 67-81). Parece-me, porém, que esse recurso sistemático ao crédito, só por si, mesmo tendo em conta o pagamento de juros que provocou, não é necessariamente um sinal de fraqueza; em meu entender, pode ser visto antes como um sinal dos enormes recursos disponíveis que se revelaram sempre suficientes para cobrir os empréstimos contraídos pela Coroa.

30, fracassara na maior parte dos casos, embora tivesse mostrado as potencialidades do território para a produção açucareira. Aquando da criação do governo-geral, em 1549, a presença lusa no território tinha de facto um carácter assaz precário ²⁷.

Vivia-se, assim, uma conjuntura complexa e com muitas dificuldades, a que se acrescentava ainda uma outra de carácter natural ou ecológico, pois a floresta portuguesa começava a dar sinais de incapacidade de fornecer madeira ao ritmo exigido pelos estaleiros navais, o que motivou emissão de alvarás limitando o abate de árvores na bacia do Tejo, em 1546 e em 1576 ²⁸.

c) *Desconfortos e imobilismo*

Na mesma ocasião, aumentavam as reclamações de muitos dos que haviam servido a Coroa e que entendiam que não tinham sido suficientemente recompensados ²⁹; gerava-se, assim, um ambiente de insatisfação que acabava por redundar num olhar desencantado para a Expansão e, sobretudo, para o serviço à Coroa no Ultramar, adensado ainda pelas suspeitas de enriquecimento ilícito que recaíam sobre muitos dos veteranos ³⁰.

Deste modo, ganhava força um sentimento de crise alicerçado num olhar saudosista para o início do século, que começava a ser lembrado como uma *Idade de Ouro*, o que também decorria das críticas que chegavam ao Reino vindas dos mais variados pontos do Império; esse olhar saudosista era então reforçado pela publicação das primeiras crónicas que recordavam os feitos heróicos dos primeiros anos da centúria, ou seja, a *História do Descobrimento e da Conquista da Índia pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda, que começou a ser editada em 1551, a *Ásia* de João de Barros, cuja publicação se iniciou em 1552, e os *Comentários de Afonso de Albuquerque*, compostos por Brás de Albuquerque e dados à estampa pela primeira vez em 1557. Sucedião, por essa altura, as acusações de corrupção,

²⁷ Para a presença portuguesa no Brasil no século XVI segui essencialmente Jorge COUTO, *A construção do Brasil*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995; *O Império Luso-Brasileiro, 1500-1620* (coordenação de Harold JOHNSON e Maria Beatriz Nizza da SILVA, Lisboa, Estampa, 1992; vol. VI da colecção *Nova História da Expansão Portuguesa*; dir. de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES). Sobre os primórdios da colonização parece-me particularmente interessante o estudo de Luis Walter Coelho FILHO, *A capitania de São Jorge e a década do açúcar (1541-1550)*, Salvador, Editora Vila Velha, 2000.

²⁸ Cf. Leonor Freire COSTA, *Naus e galeões na Ribeira de Lisboa. A construção naval no século XVI para a Rota do Cabo*, Cascais, Patrimonia Historica, 1997, p. 316. Esta autora nota que no final do século parte da madeira utilizada na construção naval não era a mais adequada para o efeito.

²⁹ Cf., por exemplo, Luís de ALBUQUERQUE e José Pereira da COSTA, «Cartas de «Serviços» da Índia (1500-1550)», in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 1, 1990, pp. 309-396.

³⁰ Sobre este assunto sigo, especialmente a comunicação de Mafalda Soares da CUNHA, «Nobreza, mobilidade social e clientelismo», apresentada ao colóquio «A governação da Índia. Concepções e práticas no reinado de D. Manuel I» (Arrábida, 19 e 20 de Abril de 2002).

de incapacidade governativa e de desorganização da máquina político-administrativa e militar, que se acentuariam nos anos seguintes ³¹.

Este tipo de documentação pode levar a crer que quase nada funcionava e que poucos eram competentes. Pensamos, porém, que se trata de uma visão «emotiva», as mais das vezes parcial, escondendo ambições pessoais e rivalidades. Embora seja inegável que tanto o aparelho político-administrativo como o militar tinham deficiências estruturais significativas, também é verdade que o Império funcionava com bastante eficácia, como se verá adiante.

Finalmente, importa notar que os sectores da nobreza, que haviam sido os principais protagonistas da Expansão, começavam agora a ser uma força de bloqueio. Os valores da honra e da cavalaria e o individualismo anárquico que haviam animado as hostes dos alvares quinhentistas ³² estavam a ficar inadequados em face dos novos armamentos, mas perduravam no espírito de muitos dos fidalgos que serviam a Coroa no Império. No século xv, a Expansão funcionara como um escape social para muitos membros da nobreza, mas ao permitir a sua sobrevivência sem que tivessem que se reconverter ou reorganizar, a Expansão gerava, em meados do século xvi, um fenómeno de hipertrofia da nobreza e de imobilismo social, que era agravado pela acção da Inquisição contra muitos mercadores cristãos-novos ³³.

As forças militares careciam, pois, de uma profunda reorganização. Com efeito, persistia um sistema organizativo que ainda se aproximava bastante do velho modelo da hoste medieval. Quer no Reino quer na Índia, a modernização do sistema havia sido tentada várias vezes, mas esbarrara sempre na oposição deliberada da fidalguia. Crescia, assim, uma fragilidade que não afectava significativamente as operações militares levadas a cabo no Oriente e no Brasil, mas que acabaria por ser fatal, em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir.

³¹ Creio que são bons exemplos deste tipo de perspectiva as cartas do bispo D. Jorge Themudo, de 1568 e 1569 (cf. José WICKI S.J., «Duas relações sobre a situação da Índia Portuguesa nos anos de 1568 e 1569», in *Stvdia*, Lisboa, n.º 8, 1961, pp. 123-221), assim como o *Soldado Prático*, de Diogo do Couto. Sobre este texto vide António Coimbra MARTINS, «Uma questão de método sobre o *Soldado Prático*», in *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa...*, pp. 683-720; sobre o seu enquadramento na conjuntura da época, vide Luís Filipe THOMAZ, «A crise de 1565-1575...»

³² Um documento que me parece assaz ilustrativo desta mentalidade dominante entre os «construtores do Estado da Índia», é a carta que Afonso de Albuquerque escreveu ao rei, a 23 de Novembro de 1512, em que lhe relatava o feito de Benasterim [*Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam* (dir. de R. A. Bulhão Pato e H. Lopes de Mendonça), 7 vols., Lisboa, Academia das Ciências, 1884-1935, vol. 1, pp. 101-116]. Sobre esta questão baseio-me também nos meus estudos: «Simão de Andrade, fidalgo da Índia e capitão de Chaul», in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 9, 1995, pp. 99-116; «A nobreza e a fundação do Estado Português da Índia», in *Vasco da Gama, homens, viagens e culturas, Actas do Congresso Internacional*, 2 vols., Lisboa, CNCDP, 2001, vol. 2, pp. 39-73.

³³ Cf. João Cordeiro PEREIRA, «A estrutura social e o seu devir»..., pp. 334-336.

d) *Um problema pontual*

Além dos problemas atrás referidos, na década de 1550-1560 o Império conhecia outras dificuldades que seriam ultrapassadas rapidamente, mas que na época ajudavam a compor a imagem da crise.

Antes do mais, importa salientar que o meado do século foi um período de crise internacional, pois nessa altura verificava-se, por exemplo, o recuo do comércio inglês no Mediterrâneo³⁴ e o Oriente foi flagelado por anos de más colheitas³⁵. Regressando ao caso português, devemos notar que a Carreira da Índia perdeu então muitos navios, sobretudo na torna-viagem. Com efeito, entre 1551 e 1560 perderam-se cinco navios na viagem para a Índia e 10 na de regresso.

Paulo Guinote, Eduardo Frutuoso e António Lopes, ao analisarem as perdas da Carreira neste período definem deste modo as baixas então verificadas: seis por causa desconhecida (todas na torna-viagem), quatro por temporal, uma por mau estado, uma por incêndio antes de zarpar do Tejo, duas por má navegação e uma por sobrecarga no regresso, valendo a pena recordar que outro caso idêntico sucedera com um navio da armada de 1550³⁶. É muito provável que alguns dos casos de que se desconhecem as causas possam estar associados a problemas de mau acondicionamento e excesso de carga, pois este é um período em que se verifica algum afrouxamento da autoridade régia, nesta matéria.

Veja-se que nos últimos anos do reinado joanino os capitães-mores das armadas da Índia foram, em regra, fidalgos inexperientes, ao contrário do que sucedera no quarto de século anterior. De facto, ao longo do segundo quartel quinhentista, o rei mantivera uma política razoavelmente coerente em relação ao comando supremo das armadas da Índia.

No quadro n.º 2, podemos ver o seguinte: depois dos navios separados que zarparam em 1522³⁷ e da entrega da armada de 1523 ao inexperiente Diogo da Silveira³⁸, de 1524 a 1549 saíram do Tejo 34 armadas, sendo certo que pelo menos em 28 dos casos o monarca nomeou um capitão-mor de armada; destes, 24 (85,7%) já tinham navegado anteriormente na Carreira da

³⁴ Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, «Crises et changements géographiques et structuraux au XVI^e siècle», in *Revista de Economia*, Lisboa, vol. XI, fasc. I, 1958, pp. 1-14.

³⁵ Cf. Sanjay SUBRAHMANYAM, *The Portuguese Empire in Asia...*, pp. 94-95.

³⁶ Cf. Paulo GUINOTE, Eduardo FRUTUOSO e António LOPES, *Naufrágios e outras perdas da «Carreira da Índia»*. Séculos XVI e XVII, Lisboa, GTMECDP, 1998, pp. 210-215.

³⁷ Do ponto de vista da mudança política verificada com a subida ao trono de D. João III, o caso mais significativo entre os capitães que partiram neste ano é o de D. Pedro de Castelo Branco. Para a sua biografia veja-se o estudo de Andreia Martins de CARVALHO, «D. Pedro de Castelo Branco, capitão de Ormuz», in *A nobreza e a Expansão. Estudos biográficos* (coord. de João Paulo Oliveira e COSTA), Cascais, Patrimónia Histórica, 2000, pp. 319-338.

³⁸ Sobre Diogo da Silveira, vide Silvina SILVÉRIO, «Diogo da Silveira, capitão-mor da Carreira da Índia», *ibidem*, pp. 339-376.

Índia; no que respeita aos outros cinco, importa notar que Martim Afonso de Sousa (capitão-mor da armada de 1534) e Pero Lopes de Sousa (capitão-mor da de 1539) tinham ambos larga experiência de comando naval, pois haviam dirigido as operações da armada que patrulhara a costa brasileira entre 1530 e 1532. Além disso, Lourenço Pires de Távora (1546) ia acompanhado de vários capitães assaz experimentados na Carreira ³⁹.

A partir de 1550, o modelo de nomeações alterou-se radicalmente, pois nos últimos anos do reinado joanino apenas um entre os oito capitães-mores já tinha experiência na rota do Cabo. Já notámos noutro estudo que as competências do capitão-mor não se relacionavam especificamente com a navegação, mas antes com a necessidade de impor a disciplina a bordo e conduzir as relações com o exterior, fosse por via da diplomacia, fosse pela da guerra ⁴⁰. Parece-nos, porém, que a mudança de modelo de nomeações do comandante supremo das armadas pode ter sido visto como um sinal de alguma fragilidade do poder central, gerador de indisciplina conducente a menor rigor na preparação das viagens que parece ter sido característico desta década.

Foi, todavia, uma crise momentânea, pois como se vê pelo quadro seguinte, nas duas décadas que se seguiram a Carreira atingiria as melhores percentagens de viagens bem sucedidas do século, quase sem perdas no percurso entre Lisboa e a Índia e com as melhores percentagens da segunda metade quinhentista no percurso inverso. No entanto, a Carreira da Índia começava a ser vista, exageradamente, como uma *História Trágico-Marítima* ⁴¹.

II. A reacção

Vimos, pois, até aqui um conjunto numeroso de dificuldades que condicionavam o Império Português. Muito frequentemente, este aspecto parcelar da conjuntura é visto como o todo, ou pelo menos como o elemento predominante, o que leva a crer que a Expansão portuguesa vivia já num período de declínio.

Nessa mesma ocasião, porém, tanto no Oriente como no Atlântico, o Império reagia, defendendo-se, contra-atacando e criando novas áreas de intervenção e mesmo novas formas de actuação. O próprio rei tomava

³⁹ Estes dados resultam da pesquisa que realizei aquando da preparação da comunicação «Os capitães-mores da Carreira da Índia no reinado de D. João III», comunicação apresentada ao V *Simpósio de História Marítima, organizado pela Academia de Marinha* (Lisboa, 21 a 23 de Outubro de 1998).

⁴⁰ Cf. o meu artigo, «A armada de Pedro Álvares Cabral. Significado e protagonistas», in *Os Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, pp. 11-70.

⁴¹ Cf. Paulo GUINOTE, cit., p. 166.

decisões de fundo, ordenando o abandono de posições indefensáveis, enviando novos agentes para o terreno e consagrando de vez o envolvimento directo da Coroa no Atlântico Sul.

a) *A dinâmica tradicional – o domínio de circuitos de comércio marítimo*

Nesta época, a Expansão continuava subordinada, essencialmente, a um modelo de imperialismo marítimo. Embora se verificasse uma quebra nas cargas de especiarias vindas do Oriente, e nas remessas de ouro despachado da Mina, os Portugueses controlavam um número considerável de negócios transoceânicos e uma série de produtos adquiriam uma importância cada vez maior no contexto da economia lusa ultramarina, a saber: o açúcar e os escravos, no Atlântico; a prata, o cobre, a seda e as porcelanas, no Oriente; a estes poderíamos ainda juntar a importância dos cereais e do pastel oriundos dos Açores⁴² e o desenvolvimento sustentado das exportações de vinho madeirense⁴³.

Os escravos eram enviados agora tanto para as Índias de Castela como para o Brasil. Conforme se vê pelo quadro n.º 3, as remessas de escravos de Cabo Verde para as Índias de Castela foram muito significativas na década de 40 e no início da de 60, o que leva a supor que a mesma dinâmica tenha caracterizado a década de 50, que no quadro fica em branco, pois não se conhecem os respectivos registos. Depois, no último terço quinhentista, este circuito foi marcado, como se vê, por alguma instabilidade, mas o quantitativo global da exportação de escravos africanos para o continente americano cresceu certamente, pois foi nesse período que se verificou o aumento das remessas para o Brasil e é bom não esquecer que a ilha de São Tomé era outro grande centro exportador de cativos negros, cujo movimento comercial quinhentista, porém, queda por estudar de um modo sistemático.

Além disso, enquanto o arrendamento dos quartos e vintenas de Cabo Verde em 1529, 1530 e 1531 valia 4 contos de réis, em 1574 o contrato de Cabo Verde foi arrematado por 18 contos de réis e o de 1583 por 16 contos

⁴² Cf. Maria Olímpia da Rocha GIL, «Os Açores e a nova economia de mercado (séculos XVI-XVII)», in *Arquipélago – série Ciências Humanas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, n.º III, 1981, pp. 371-425; *idem*, «Açores – comércio e comunicações nos séculos XVI e XVII», in *Arquipélago...*, n.º IV, 1982, pp. 349-415.

⁴³ Já Cadamosto referenciara a existência de vinhedos na ilha da Madeira, mas foi na segunda metade quinhentista que este produto se tornou na principal exportação da ilha. Por meados do século, em 1547, Hans Staden ainda referia que a economia madeirense assentava no binómio açúcar/vinho, mas na entrada para o último quartel da centúria, em 1578, Duarte Lopes já relatava que o vinho se destacava entre as exportações madeirenses, tendo como principal destino os portos da Inglaterra. Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 4 vols., Lisboa, Editorial Presença, 1982-1983, vol. 3, pp. 243-244.

e 400 000 réis ⁴⁴. Quer isto dizer que, independentemente das flutuações próprias do negócio, os proveitos da Coroa relativamente ao trato negreiro subiram consideravelmente ao longo do segundo e do terceiro quartel de Quinhentos.

Deve-se ainda acrescentar que o decréscimo de remessas de ouro da Mina foi compensada, em grande medida, pelos ingressos ou créditos de metal americano. Em 1540, por exemplo, 57,82% do metal amoeado em Lisboa era proveniente da América e só o restante de S. Jorge da Mina ⁴⁵.

Por sua vez, o açúcar era um produto essencial nas exportações portuguesas para a Europa, desde do século xv. No início de Quinhentos, a Madeira chegara a exportar mais de 200 000 arrobas por ano e mantivera, em regra, a sua produção acima das 100 000 arrobas, durante o primeiro quartel da centúria. Depois, quando a sua produção decaiu irreversivelmente, já S. Tomé produzia mais de 120 000 arrobas anuais. As exportações de açúcar santomense mantiveram-se sistematicamente altas (na casa das 125 000/150 000 arrobas por ano) no segundo quartel do século xvi ⁴⁶; depois entraram numa fase irregular, mas que ainda atingiria um pico de produção muito elevado em 1578 e 1580, tendo chegado então às 175 000 e às 200 000 arrobas, respectivamente. Entretanto, a aposta da Coroa no Brasil possibilitara o nascimento de uma nova zona produtora de açúcar. Na década de 60, já saíam da costa sul-americana cerca de 160 000 arrobas anuais, e em 1580-82 o Brasil juntava 350 000 arrobas às 200 000 saídas de São Tomé, ao mesmo tempo que a Madeira ainda contribuía com uma pequena produção. Assim, Portugal dispunha então de uma produção já a chegar às 600 000 arrobas anuais.

Mais tarde quando a produção santomense entrou em declínio já o Brasil exportava mais de 1 000 000 de arrobas por ano ⁴⁷. Isto significa que, do ponto de vista do Império, o fornecimento de açúcar à Europa conheceu, genericamente, uma certa estabilidade ao longo da primeira metade do século e um crescimento sistemático na segunda metade. As quebras de

⁴⁴ Cf. Maria Manuel TORRÃO, *Tráfico de escravos entre a costa da Guiné e a América Espanhola. Articulação dos impérios ultramarinos ibéricos no espaço atlântico (1466-1595)*, 2 volumes (dissertação apresentada em provas científicas de acesso à categoria de Investigadora Auxiliar), Lisboa, IICT, 2000 (texto policopiado), vol. 1, p. 283.

⁴⁵ Cf. João Cordeiro PEREIRA, «O resgate do ouro na costa da Mina nos reinados de D. João III e D. Sebastião», in *Stvdia*, Lisboa, n.º 50, 1991, pp. 5-48, pp. 18-19.

⁴⁶ O açúcar santomense era de qualidade inferior ao madeirense, pelo que era vendido nos mercados europeus por preços mais baixos. Isto significa que produções globais de quantitativos semelhantes correspondiam a receitas diferentes, o que significa que a Coroa pode ter sofrido, de facto, algumas quebras momentâneas nas receitas fiscais obtidas sobre o comércio do açúcar. É, no entanto, inegável que Portugal manteve a capacidade de fornecer grandes quantidades de açúcar aos mercados europeus, ao longo da primeira metade quinhentista.

⁴⁷ Para lá da bibliografia citada no quadro n.º 4, é particularmente importante o estudo de Virgínia RAU, *O açúcar de São Tomé no segundo quartel do século XVI*, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1971.

produção em certas regiões foram sempre compensadas pelo desenvolvimento de novas áreas de produção. Nesta matéria, D. João III teve um papel fundamental, pois ao criar o governo-geral do Brasil permitiu a chegada ao terreno dos homens e dos meios necessários para o estabelecimento de melhores relações com os índios, o que foi essencial para que se desenvolvesse uma sociedade colonial assente numa produção agrícola de exportação, que, como se vê pelo quadro n.º 4, proporcionou um salto extraordinário na capacidade produtiva do Império.

Deve-se realçar ainda que estes negócios (os tratos negreiro e açucareiro) eram conduzidos por mercadores particulares e não por oficiais da Coroa. Tal facto torna hoje mais difícil a quantificação do volume do comércio, mas este protagonismo é um sinal inequívoco das mudanças estruturais por que o império estava a passar.

*

No Índico, os Portugueses haviam obtido duas vitórias significativas nos anos 30 – o controlo da costa do Guzerate ⁴⁸ e o domínio do Mar de Ceilão ⁴⁹. Tinham também derrotado as grandes ofensivas turcas de 1538 e 1546 contra Diu, e a de 1554 contra Ormuz. O Estado da Índia era, sem dúvida, uma das grandes potências do Oceano, e os oficiais régios reinstalavam-se, então, na ilha de Ceilão. A Coroa mantivera um esforço de guerra intenso no Índico, e chegara mesmo a enviar uma segunda armada com reforços militares para o Oriente nos Outonos de 1533, 1537 e 1547 ⁵⁰, o que representa a existência no país de uma logística complexa e muito eficaz ⁵¹. Vale a pena lembrar ainda que no final dos anos 30, os navios da armada real no Índico ultrapassavam a cifra extraordinária das três centenas ⁵².

⁴⁸ As ocupações de Baçaim, em 1534, e de Diu, no ano seguinte, reforçaram significativamente o poderio dos Portugueses na região, e fizeram crescer bastante as receitas alfandegárias do Estado da Índia. Cf. Luís Filipe THOMAZ, *A questão da pimenta...*, p. 79.

⁴⁹ Cf. Jorge Manuel FLORES, *Os Portugueses e o mar de Ceilão. Trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.

⁵⁰ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, «As viagens extraordinárias pela rota do Cabo (1505-1570)», in *A Carreira da Índia e as rotas dos estreitos. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa* (ed. Artur Teodoro de MATOS e Luís Filipe THOMAZ), Angra do Heroísmo, 1998, pp. 581-596.

⁵¹ Esta capacidade logística demonstrara todo o seu virtuosismo no momento do grande crescimento da armada portuguesa, no início do século XVI, conforme demonstrou Luís Adão da FONSECA (*Pedro Álvares Cabral. Uma viagem*, Lisboa, Edições Inapa, 1999), e mais recentemente José Virgílio PISSARRA (*A armada da Índia. Cômputo, tipologia e funcionalidade das armadas de guerra portuguesas do Oriente (1501-1510)*, (dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa), Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 2001). Para o seu funcionamento ao longo da centúria quinhentista vide o estudo citado atrás de Leonor Freire COSTA, *Naus e galeões na ribeira de Lisboa...*

⁵² Cf. José Virgílio PISSARRA, cit., p. 261.

Além disso, por essa mesma altura, em 1535, D. João III enviara uma forte esquadra, composta por um galeão, duas naus grossas e 20 caravelas, para apoiar Carlos V no ataque a Tunes, manobra que se integrava no quadro geral da guerra contra os Turcos ⁵³. Note-se que apesar do intenso esforço de guerra conduzido pelo rei contra os Otomanos, o monarca também tentou uma via mais pragmática no início dos anos 40, quando chegou a entabular negociações com a Sublime Porta ⁵⁴. Todavia, o acordo fracassou e o conflito reacendeu-se com particular ardor até 1554, como já referi.

Enquanto perdurava este estado de guerra no Índico Ocidental, muitos particulares instalavam-se em novos portos do Golfo de Bengala ⁵⁵ e da Ásia Oriental. Mantinham muitas vezes uma relação tensa com os oficiais da Coroa ⁵⁶, mas possibilitavam, mesmo assim, o alargamento da influência do Estado, como sucedeu nos casos de Macau, S. Tomé de Meliapor ou de Negapatão.

A Coroa abandonara, entretanto, o controlo directo de alguns dos circuitos mas instituíra o sistema das concessões, pelo qual estimulava a intervenção dos particulares no comércio asiático em colaboração com o estado ⁵⁷. Parece-nos interessante notar que muitos dos beneficiários deste sistema eram os mesmos membros da nobreza que antes haviam ajudado a Coroa a construir o império. No entanto, esta nova forma de recompensa fugiria, em breve, à lógica do seu grupo social. Até então o reconhecimento dos serviços prestados era materializado em tenças ou na nomeação para cargos militares ou ofícios palatinos. Ao longo da segunda metade quinhentista, porém, o rei passou a dar direitos comerciais; isto significava que o fidalgo teria que investir parte do seu cabedal para depois eventualmente acrescentá-lo, se a viagem que lhe havia sido concedida decorresse sem problemas. Esta recompensa régia obrigava, pois, o fidalgo a actuar como um mercador, o que lhe desagradava e para o que, as mais das vezes, não estava preparado, o que levou muitos a venderem os seus direitos a terceiros,

⁵³ Cf. Francisco de ANDRADA, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1976, pp. 625-631.

⁵⁴ Cf. Salih OZBARAN, «An imperial letter from Suleyman the magnificent to Dom João III concerning proposals for an ottoman-portuguese armistice», in *Portuguese Studies*, vol. 6, 1990, pp. 24-31.

⁵⁵ Para o estabelecimento dos Portugueses no Golfo de Bengala ao longo do século XVI, sigo especialmente Sanjay SUBRAHMANYAM, *Improvising Empire. Portuguese trade and settlement in the Bay of Bengal 1500-1700*, Deli, Oxford University Press, 1990.

⁵⁶ Sobre esta questão, além da obra citada na nota anterior, veja-se o estudo de Jorge Manuel FLORES, «Um “homem que tem muito crédito naquelas partes”: Miguel Ferreira, os “alevantados” do Coromandel e o Estado da Índia», in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 5, 1993, pp. 21-37.

⁵⁷ Sobre esta matéria, para lá da bibliografia já citada, é também importante o estudo de Luís Filipe THOMAZ, «Os Portugueses nos mares da Insulíndia no século XVI», in *De Ceuta a Timor...*, pp. 567-590.

realizando assim uma receita menor, mas segura, e entregando o protagonismo a um outro agente social – o mercador.

Muitos dos comerciantes particulares eram antigos soldados que haviam deixado o serviço régio e que se haviam infiltrado no sistema mercantil asiático. Formavam um corpo numeroso que se espalhara sobretudo pelo golfo de Bengala e pelo Extremo Oriente, as zonas onde a presença de oficiais da Coroa era menos densa. Estes homens contribuíam então consideravelmente para o alargamento da influência portuguesa, mas eram mal vistos pela fidalguia guerreira, arreigada ainda aos valores mais antigos da honra e do serviço ao rei e que não compreendiam esta nova dinâmica do expansionismo luso alicerçado no espírito da iniciativa privada e na valorização explícita do lucro. Assim, muitas das vozes que criticavam o funcionamento do império e o denunciavam como decadente representavam, na verdade, a reacção despeitada do grupo social que ia perdendo protagonismo na Expansão.

Haviam sido, por exemplo, esses novos protagonistas que tinham criado a ligação regular entre a Índia e o Japão, rota que intensificara simultaneamente uma série de negócios regionais, sobretudo entre o Sueste Asiático e o Extremo Oriente, entre a China e o Japão e entre a China e a Índia. Este é um caso que merece uma referência um pouco mais detalhada, pois é paradigmático das novas dinâmicas que condicionavam o processo expansionista.

A penetração nas redes mercantis do mar da China deveu-se à intervenção individualista dos aventureiros, a que se juntaram depois os missionários. No entanto, a obtenção de um porto na costa do Celeste Império só foi possível depois de a Coroa ter decretado o monopólio sobre a ligação sino-nipónica e de ter enviado um seu representante ao Extremo Oriente ⁵⁸. A Coroa não colocou oficiais régios na China, mas a sua intervenção disciplinou a presença portuguesa na zona e possibilitou inclusive a fundação de duas novas grandes escáculas do comércio oceânico – Macau e Nagasaki, cidades que se tornariam rapidamente em duas novas pontes de diálogo cultural ⁵⁹. Este alargamento da expansão ao Extremo Oriente enquadra-se, assim, no velho modelo do expansionismo marítimo baseado quase só no controlo de redes de comércio, mas assentou, ainda assim, numa outra

⁵⁸ Sobre este assunto sigo o meu estudo *A descoberta da civilização japonesa pelos Portugueses*, Macau-Lisboa, Instituto Cultural de Macau – Instituto de História de Além-Mar, 1995.

⁵⁹ Para o caso de Macau sigo essencialmente o estudo de Luís Filipe BARRETO, «Macau, fronteira cultural, 1560-1660», in *Portugal e a China. Conferências no II Curso Livre de História das Relações entre Portugal e a China (séculos XVI-XIX)*, (coord. de Jorge Manuel dos Santos ALVES), Lisboa, Fundação Oriente, 1999, pp. 67-81. Para o de Nagasaki, sigo os meus estudos «Nagasaki, um porto cristão no país do Sol Nascente», in *Os Espaços de um Império – Estudos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 213-223; «Nagasáqui e a primeira abertura do Japão ao Ocidente», in *História das ciências matemáticas. Portugal e o Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 243-262.

dinâmica nova, pois neste caso os Portugueses fundaram novas cidades, em vez de se infiltrarem em rotas e portos pré-existentes ⁶⁰.

Embora o trato do Extremo Oriente fosse concedido a particulares, a Coroa retirou daí receitas importantes, pois no regresso à Índia as mercadorias que enchiam os porões da nau do trato eram taxadas pela alfândega de Goa. Gostaria de salientar ainda o facto de que esta grande nau do trato navegava entre a Índia, a China e o Japão carregada de riquezas sem necessitar de escolta. É provável que um galeão privado tenha sido capturado por uma esquadra chinesa em 1566, depois de ter sido semi-destruído por um tufão, mas as perdas de grandes naus do trato no século XVI resumem-se aos casos da de 1573, que naufragou nas imediações de Amakusa, durante um tufão, da de 1582, que encalhou na costa de Taiwan, e da de 1594, que naufragou na costa de Samatra ⁶¹.

Isto significa que o Estado da Índia, independentemente das suas dificuldades internas, era uma potência asiática que tinha capacidade suficiente para fazer face aos desafios económicos e militares que lhe eram colocados pelas outras potências asiáticas, como se comprovaria também pela forma como reagiria às grandes mudanças geo-estratégicas ocorridas na Índia em 1565, aquando do colapso do Império de Vijayanagar, e em 1572 aquando da conquista do Guzerate pelos Mogores, e ainda pelo modo como resistiu ao ataque generalizado que os inimigos muçulmanos lhe dirigiram em 1570-1571.

Vemos, assim, que o modelo original da Expansão, assente no controlo de linhas de comércio marítimo, dava sinais claros de vitalidade tanto no Atlântico como no Índico e que a diminuição do volume de certos negócios era compensada pelo crescimento de outros. Era o caso da exportação de pimenta da Índia para Portugal, que decrescera significativamente, mas cuja diminuição havia sido compensada pelo maior peso de outros produtos, nomeadamente as sedas, as porcelanas ⁶² e a canela ⁶³.

No Oriente, o comércio luso-asiático enriquecia os particulares e permitia que o Estado da Índia, ao longo da segunda metade quinhentista, apre-

⁶⁰ Sobre a integração de Macau no sistema mercantil português veja-se a obra de Jorge Manuel Santos ALVES, *Um porto entre dois impérios. Estudos sobre Macau e as relações luso-chinesas*, Macau, Instituto Português do Oriente, 2000; sigo ainda o meu estudo «Macau e Nagasaki – os pólos da presença portuguesa no Mar da China na segunda metade do século XVI», in *Portugal e a China. Conferências no III Curso Livre de História das relações entre Portugal e a China (séculos XVI-XIX)* (coord. de Jorge Manuel Santos ALVES), Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 79-103.

⁶¹ C. R. BOXER, *The great ship from Amacon*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963, pp. 21-64.

⁶² Cf. Luís Filipe THOMAZ, «A crise de 1565-1575...», p. 493.

⁶³ Godinho realça que no final do século XVI as quantidades de canela embarcadas na Carreira da Índia eram bastante significativas. Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, «A rota do cabo da Boa Esperança: de Vasco da Gama ao começo do século XIX», in *Ensaio*, vol. II, pp. 281-322 (ref. em p. 307).

sentasse sistematicamente orçamentos positivos ⁶⁴. Na segunda metade quinhentista, o comércio com o Extremo Oriente contribuiu especialmente para uma diversificação dos negócios; ganhou particular significado o grande volume de prata japonesa que foi canalizada para a China, e que foi o principal sustentáculo das relações luso-nipónicas durante um século ⁶⁵. Ao mesmo tempo, os Portugueses passaram a transportar cobre chinês para a Índia, que era particularmente importante para a fundição de artilharia ⁶⁶. Outros circuitos regionais importantes permitiam o trânsito do marfim, de pérolas e do sândalo pelos mercados asiáticos, a partir de zonas controladas pelos Portugueses, na costa oriental africana, na Índia meridional e no mar de Timor, respectivamente; em meados do século XVI, persistia ainda o riquíssimo comércio dos cavalos árabes e persas na Índia. A estes podemos ainda acrescentar outros igualmente importantes, sobretudo o arroz, mas também, por exemplo, cânfora, âmbar, aljôfar, benjoim, escravos, cauris ⁶⁷, as especiarias raras, lacre, almíscar, chumbo ou carapaças de tartaruga ⁶⁸; acrescenta-se ainda o cravo, produto que constitui mais um testemunho das capacidades do Estado Português da Índia na segunda metade quinhentista, pois, ao longo do terceiro quartel quinhentista, os rendimentos da Coroa derivados do comércio do cravo cresceram 66% ⁶⁹.

Deve-se ainda referir que, globalmente, tecidos de variadíssimas qualidades e de múltiplas origens contribuía para a fluidez de negócios tanto no Índico como no Atlântico. Neste oceano a quinquilharia e objectos de latão,

⁶⁴ Esta afirmação baseia-se na análise dos orçamentos do Estado da Índia que são conhecidos (1571, 1574, 1581, 1588, 1607, 1609, 1620, e 1635) e que estão disponíveis nas seguintes publicações: Vitorino Magalhães GODINHO, *Les finances de l'État Portugais des Indes Orientales (1517-1635)*, Paris, CCP, 1982; *O Orçamento do Estado da Índia. 1571* (dir. e prefácio de Artur Teodoro de MATOS), Lisboa, CNCDP, 1999; Artur Teodoro de MATOS, «A situação financeira do Estado da Índia no período filipino (1581-1635)», in *Na rota da Índia, estudos de história da expansão portuguesa*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1994, pp. 61-107.

⁶⁵ Sobre as relações luso-nipónicas baseio-me sobretudo no meu estudo *Portugal e o Japão: o século namban*, Lisboa, INCM, 1993; ainda na obra de referência de Charles R. BOXER, *The christian century in Japan*, Manchester, Carcanet, 1993, 3.^a edição (1951). Para o período inicial, existe um outro estudo de síntese particularmente importante: Léon BOURDON, *La Compagnie de Jésus et le Japon. 1547-1570*, Paris – Lisboa, CCP – CNCDP, 1993.

⁶⁶ Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, *Descobrimentos e economia mundial...*, vol. 2, pp. 48-49.

⁶⁷ Estas conchas asiáticas merecem uma menção especial, na medida em que eram comercializadas pelos Portugueses nos mercados da África atlântica, nomeadamente no delta do Níger, onde eram trocados por umas pedrinhas redondas, os coris, que depois eram negociadas em S. Jorge da Mina. Cf. João Cordeiro PEREIRA, «Resgate de ouro...», p. 39.

⁶⁸ Da vitalidade e diversidade destes circuitos e dos produtos neles transportados encontramos um excelente testemunho no *Livro das cidades e fortalezas qve a coroa de Portvgal tem nas partes da India, e das capitánias, e mais cargos, qve nelas há, e da importancia delles* (ed. de Francisco Paulo Mendes da LUZ, Lisboa, CEHU, 1960).

⁶⁹ Era, além disso, um produto que animava essencialmente as redes mercantis asiáticas, pois a rota do Cabo não absorvia mais que 1/14 a 1/12 da produção. Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, *Descobrimentos e economia mundial...*, vol. 3, pp. 148-158.

os cavalos e o algodão em bruto continuaram a ser utilizados nas trocas com os africanos ⁷⁰, enquanto outros produtos afro-atlânticos (além dos escravos, do açúcar e do ouro) continuavam a ter um papel importante nos negócios dos Portugueses, nomeadamente a malagueta ⁷¹, o marfim e os couros.

Finalmente, importa referir que à sombra dos produtos afamados circulavam pelos mares muitos outros produtos que faziam a fortuna de alguns aventureiros e que, se não contribuíam directamente para o enriquecimento dos cofres da Coroa, facilitavam negócios mais importantes e enriqueciam significativamente a dinâmica cultural associada ao fenómeno expansionista, nomeadamente no que respeita à Revolução Geográfica, ou, para usar um termo actual, para a globalização ⁷²: refiro-me a produtos como os cristais de Veneza, vinhos, as peles de animais selvagens, animais exóticos, como pavões da Índia ou araras e papagaios do Brasil, armas requintadas, peças religiosas, peças de mobiliário, lacas, livros e mapas, além de toda a sorte de pedras preciosas ⁷³. São negócios difíceis de detectar, mas de que encontramos testemunhos dispersos; no caso japonês, por exemplo, encontramos-os quer na narrativa de Luís Fróis ⁷⁴, quer em imagens dos biombos *nanban*, onde o comércio de animais exóticos parece óbvio.

⁷⁰ Nesta região, os oficiais da Coroa portuguesa viam-se confrontados com a concorrência dos mercadores privados que ofereciam aos africanos outras mercadorias, especialmente o ferro, que Portugal não negociava oficialmente, por respeito às bulas papais que interditavam tal comércio, o que remete essencialmente para razões estratégicas (impedir o reforço do armamento dos gentios), que não preocupavam os mercadores que buscavam o enriquecimento rápido e não o trato contínuo, ao longo dos tempos.

⁷¹ Segundo Vitorino Magalhães Godinho, este produto continuaria a figurar entre as exportações portuguesas para Antuérpia nos anos de 1560-1567. Cf. Vitorino Magalhães GODINHO, *Descobrimientos e economia mundial...*, vol. 2, p. 156.

⁷² Cf. Vitorino Magalhães Godinho, «A rota do cabo da Boa Esperança...», pp. 304-308. Sobre esta matéria, realce-se ainda a realização, recentemente, do colóquio *Produção e comércio de mercadorias raras*, realizado pela Fundação Oriente, sob coordenação de Jorge Manuel dos Santos Alves (Arrábida, 26 e 27 de Outubro de 2001), cujas actas constituirão certamente um elemento de trabalho de grande utilidade.

⁷³ Para o papel das pedras preciosas nos pequenos negócios da soldadesca na Índia, logo na primeira década quinhentista, vide Artur Teodoro de MATOS, «Aspectos do comércio português no Malabar: Cochim e as «mercadorias miúdas» (1506-1508)», in *Na rota da Índia...*, pp. 15-58.

⁷⁴ Luís Fróis relata que, em 1569, quando correu voz em Miyako (actual Kyoto) que Oda Nobunaga apreciava bastante roupa e objectos ocidentais, os fidalgos que lhe desejavam requerer favores passaram a oferecer-lhe «vestidos de Europa, capas de grã, gorros e sombreiros de veludo com suas plumas, e medalhas de ouro com a imagem de Nossa Senhora, peças de cordovão, relógios, pelicas riquíssimas, vidros de Veneza cristalinos mui ricos, damascos, cetins e outras diversas peças da Índia, de que enchiam muitos e grandes caixões» (Cf. LUÍS FRÓIS, *Historia de Japam* (ed. José Wicki S.J.), 5 vols., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1976-1984, vol. II, p. 274). Note-se que os Portugueses comerciavam apenas nos portos da ilha de Kyūshū, situados a centenas de quilómetros da capital do Império Nipónico.

b) *Uma retirada estratégica*

Entretanto, uma outra dinâmica própria do modelo inicial da Expansão – a intervenção em Marrocos – era agora claramente subalternizada pela Coroa, conforme já referi anteriormente.

Importa notar, porém, que o monarca ordenou o abandono de posições de defesa muito difícil, quer pelos maus portos que as serviam quer por não terem sido concebidas para enfrentar o poder da artilharia. Tendo o rei abandonado o sonho de conquista do noroeste africano, e sendo a rede de praças existente incapaz de prevenir os ataques ao litoral português, a Coroa optou por concentrar os seus esforços apenas em três bastiões inexpugnáveis que os muçulmanos jamais tomariam pela força ⁷⁵.

Parece-me interessante notar que D. João III enfrentou a oposição da maioria dos seus conselheiros relativamente ao abandono de praças marroquinas ⁷⁶. Enquanto o monarca tentava reformular o Império, modernizando-o, adequando-o, assim, à grandeza dos espaços oceânicos, muitos dos seus conselheiros permaneciam apegados à velha estratégia focalizada no eixo mediterrânico que fora própria da Cristandade medieval e que perdurara nos modelos de Expansão que haviam sido gizados quer por D. João II quer por D. Manuel I.

c) *Uma nova visão estratégica*

Esta fora exactamente outra matéria em que D. João III alterara profundamente o curso da História da Expansão. Até ao final do reinado de D. Manuel I, a Expansão fora condicionada pela grande esperança dos seus dirigentes em encontrar o mítico Preste João, o que só pode ser associado à velha ideia da Grande Cruzada contra o Islão, especialmente no que respeita aos reinados de D. João II e de D. Manuel I ⁷⁷.

⁷⁵ Vale a pena lembrar que Filipe II manteve essas três praças sob o seu domínio, mas ordenou a evacuação de Arzila em 1588, o que realça, sem dúvida, a razão da opção tomada por D. João III anteriormente.

⁷⁶ Sobre a evolução da política joanina em relação a Marrocos *vide* Otilia Rodrigues FONTOURA, *Portugal em Marrocos na época de D. João III. Abandono ou permanência?*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998; Maria Leonor Garcia da CRUZ, «As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África», in *Mare Liberum*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n.º 13, 1997, pp. 123-199; n.º 14, 1997, pp. 117-198.

⁷⁷ Baseio-me, essencialmente, nos estudos de Jean Aubin e de Luís Filipe Thomaz. Cf. Jean AUBIN, «L'ambassade de Prêtre Jean à D. Manuel», in *Le latin et l'astrolabe I. Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, Lisboa-Paris, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses – Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1996, pp. 133-182; Luís Filipe THOMAZ, «O projecto imperial joanino (tentativa de interpretação global da política ultramarina de D. João II)», in *De Ceuta a Timor*,

Ao subir ao trono, em 1521, D. João III, que havia já alguns anos apoiava os sectores oposicionistas da corte ⁷⁸, mudou de imediato o curso da política expansionista portuguesa. A edição da *Carta das Novas*, com que D. Manuel I esperava mobilizar a opinião pública a favor da Cruzada contra a Terra Santa em aliança com o Preste João, foi neutralizada ⁷⁹; Fernão Lopes de Castanheda, por sua vez, relata que logo em Janeiro de 1522 seguiram ordens para o Índico exigindo que o programa de construção de novas fortalezas que D. Manuel I confiara ao governador, D. Duarte de Meneses, fosse interrompido de imediato ⁸⁰. Pouco depois, alguns dos homens de confiança do *Venturoso* eram humilhados: Duarte Pacheco Pereira, o *Aquiles Lusitano*, vinha a ferros da Mina ⁸¹, e D. Duarte de Meneses regressaria ao Reino, em 1524, igualmente sob prisão ⁸². Ambos foram acusados de corrupção e D. Duarte permaneceu detido por muitos anos ⁸³. Não é possível avaliar se as queixas eram justas, mas não podemos deixar de notar que estas foram as primeiras detenções de oficiais superiores do império por tal razão e que coincidiram com um momento de brusca viragem política.

Carnaxide, Difel, 1994, pp. 149-167; *Idem*, «L'idée impériale manueline», in *La Découverte, le Portugal et l'Europe. Actes du Colloque*, Paris, CCP, 1990.

⁷⁸ Segundo Damião de Góis, a ligação do príncipe aos sectores oposicionistas foi a razão que levou D. Manuel I a contrair matrimónio com D. Leonor, pois antes o *Venturoso* teria pensado se «aposentar no reino do Algarve e com as rendas daquele reino e do mestrado de Cristo fazer dali, como fronteiro, a guerra aos mouros», mas «veio a saber que os privados do príncipe D. João seu filho lhe aconselhavam algumas cousas fundadas em lhe ser desobediente». Cf. Damião de Góis, *Crónica...*, parte IV, capítulo xxvi. Perante este cenário o rei optou por ser ele o cunhado de Carlos para evitar que este se pusesse ao lado do príncipe se a tensão no seio da corte aumentasse. Cf. Francisco de ANDRADA, *Crónica d'el-rei Dom João o III*, parte I, capítulo v.

⁷⁹ Cf. Luís Filipe THOMAZ, «L'idée impériale manueline...», pp. 60-61.

⁸⁰ Cf. Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do descobrimento e da conquista da Índia pelos Portugueses*, livro V, cap. lxxix.

⁸¹ Sobre Duarte Pacheco Pereira vide Jean AUBIN, «Les frustrations de Duarte Pacheco Pereira», in *Le latin et l'astrolabe II...*, pp. 111-132; A. Teixeira da MOTA, «Duarte Pacheco Pereira, capitão e governador de S. Jorge da Mina», in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 1, 1990, pp. 1-27; André MURTEIRA, «A carreira de Duarte Pacheco Pereira», in *Descobridores do Brasil. Exploradores do Atlântico e construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000, pp. 299-330.

⁸² D. Duarte de Meneses era capitão de Tânger, alferes-mor do Reino e herdeiro do 1.º Conde de Tarouca e Prior do Crato, quando foi nomeado governador da Índia, em 1521, precisamente na sequência da chegada a Portugal das notícias do achamento do Preste João. Veterano prestigiado das campanhas marroquinas, era o nobre de maior estatuto que até então havia sido enviado para a Índia, e segundo Damião de Góis o monarca atribuiu-lhe «o maior ordenado que nunca dera a nenhum outro» governador. Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, parte IV, cap. lxxv.

⁸³ D. Duarte herdou o senhorio de Tarouca, mas não o título de conde. A 22 de Agosto de 1528, D. João III acusava laconicamente a recepção de uma carta de Carlos V com pedido de clemência para D. Duarte de Meneses (cf. *Lettres des souverains portugais à Chales Quint et à l'impératrice (1528-1532)* (ed. Aude VIAUD), Lisboa-Paris, CNCDP – Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1994, p. 109).

Note-se que o próprio Diogo Lopes de Sequeira, governador da Índia entre 1518 e 1521⁸⁴, foi alvo de inquérito após o seu regresso, o que não sucedera antes com o Lopo Soares de Albergaria (1515-1518), apesar de este último não ter cumprido a estratégia que o rei lhe ordenara, ter liberalizado o comércio e de não ter sequer acatado as ordens do monarca quando este enviou Fernão de Alcáçova, em 1517, como vedor da Fazenda com grandes isenções relativamente ao governador. Na luta política particularmente dura que se travou na corte logo após a morte do *Venturoso*, D. João III terá permitido que a desforra dos seus sequazes fosse ao extremo de manchar a honra dos seus adversários, o que parece ter tido um efeito incontornável – desde então cresceu a imagem de que o serviço à Coroa nos trópicos redundava geralmente em práticas de corrupção, facto que muito contribuiu, por sua vez, para alimentar a ideia de que o Império estava decadente. É muito provável que, neste caso, o feitiço se tenha virado contra o feiticeiro.

d) *Dinâmicas «modernizantes»*

A lenta modernização do Império também se reflecte nos modelos de construção militar. Nos castelos erguidos no Ultramar durante o reinado de D. João II e de D. Manuel I, embora estes já fossem concebidos para o uso da artilharia, nomeadamente ao nível do solo ou à tona de água, subsistia sempre a velha torre de menagem, como podemos ver pelo exemplo das fortalezas de Cananor, de 1506, na de Ormuz, de 1515, ou na de Ceilão, de 1518⁸⁵. Este modelo ainda persistiu na construção das fortalezas de Pacém⁸⁶, de acordo com o relato de João de Barros, na de Chaul, conforme se vê pela pena de D. João de Castro, ambas construídas em 1521 assim como na de Ternate, erguida em 1522⁸⁷. Depois, porém, o modelo cedeu finalmente a favor do que Rafael Moreira designa como uma «visão unitária da fortaleza»⁸⁸, de que os primeiros exemplos no Império foram, muito provavelmente os casos de Chale (1532) e de Baçaim (1536)⁸⁹.

⁸⁴ Para a biografia deste fidalgo vide Ronald Bishop SMITH, *Diogo Lopes de Sequeira*, Lisboa, 1975.

⁸⁵ Cf. Gaspar CORREIA, *Lendas da Índia*, 4 vols., Porto, Lello & Irmão – Editores, 1975, vol. 2, pp. 250-251, 438-439, 540-541.

⁸⁶ Cf. João de BARROS, *Ásia*, Década III, Livro viii, Capítulo 4.

⁸⁷ Cf. Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História*, VI, cxxviii.

⁸⁸ Rafael MOREIRA, «A época manuelina», in *História das fortificações portuguesas no mundo* (dir. de Rafael MOREIRA), Lisboa, Alfa, 1989, p. 93.

⁸⁹ Cf. Gaspar CORREIA, *Lendas*, vol. 3, pp. 438-439, 688-689.

*

Para lá do abandono da ideia da Grande Cruzada, da criação de novos circuitos mercantis transoceânicos e do papel activo de novos grupos sociais, a Expansão assistia, por meados de Quinhentos, a uma outra nova dinâmica particularmente importante para o futuro do Império – a territorialização.

Este modelo surgiu espontaneamente na Índia. Após a ocupação de Chaul, em 1521, e de Baçaim, em 1534, os Portugueses passaram a dominar uma faixa de terra que seria fechada a norte com a conquista de Damão, em 1559; tratava-se da Província do Norte – uma área que possibilitou a obtenção de rendas fundiárias e a criação de uma aristocracia local; seguiu-se, na década de 40, a conquista definitiva de Bardez e Salsete, territórios em torno da ilha de Goa, além do domínio de toda a ilha de Diu, que proporcionou igualmente novas receitas fundiárias⁹⁰. Note-se que tanto os territórios da província do norte, salvo Chaul⁹¹, como os que rodeavam Goa, não contribuíam, em regra, com produções para os circuitos marítimos dominados pelo Estado da Índia, mas antes com os seus produtos alimentares para uma maior auto-suficiência do Estado, ao mesmo tempo que facilitavam, como disse, a formação de uma aristocracia local⁹².

Como nota Luís Filipe Thomaz, em 1554 já um terço das receitas do Estado da Índia eram obtidas por via de foros, rendas fundiárias, taxas locais e páreas, sendo o restante recolhido por via do comércio marítimo; passados 20 anos, o comércio marítimo já só representaria 62% das receitas do Estado da Índia⁹³, valor que permaneceu relativamente estável até ao final do século⁹⁴.

Entretanto, no Atlântico, sob as ordens do rei, a presença portuguesa no Brasil também passava a obedecer a esta nova dinâmica. Com efeito, a criação do governo-geral do Brasil, em 1549, alterou radicalmente a dinâmica da presença lusa no território. Como referi, o estabelecimento de boas

⁹⁰ Para o conhecimento desta dinâmica são muito úteis os seguintes estudos: Artur Teodoro de MATOS, «Sistema tributário e rendimento fundiário de Goa no século XVI», in *Las relaciones entre Portugal y Castilla en la época de los Descubrimientos y la expansión colonial* (ed. Ana María Carabias TORRES), Salamanca, Ediciones Universidad Salamanca, 1995, pp. 271-292; *Idem*, «Tenants and rents of Diu in the 16th century: an appraisal on the accounts of the *Fazenda Real*», in *Mare Liberum*, Lisboa, CNCDP, n.º 9, 1995, pp. 197-208; Livia Baptista de Souza FERRÃO, «Tenants, rents and revenues from Damán in the late 16th century», *ibidem*, pp. 139-148.

⁹¹ Para o caso específico de Chaul, vide Artur Teodoro de MATOS, «Chaul, porto estratégico, “feira permanente” e terra de artífices», *Os Espaços de um Império – Estudos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, pp. 161-167.

⁹² Cf., por exemplo, Mário César LEÃO, *A província do Norte no Estado da Índia*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1996, pp. 44-56.

⁹³ Cf. Luís Filipe THOMAZ, «A crise de 1565-1575...», p. 497.

⁹⁴ Cf. o artigo citado atrás de Artur Teodoro de MATOS, «A situação financeira do Estado da Índia no período filipino (1581-1635)», pp. 61-107.

relações com muitas tribos índias possibilitou a consolidação de uma série de pequenas colónias e foi decisivo para a expulsão dos Franceses ⁹⁵.

Nesta ocasião, a presença portuguesa na região era intermitente e confinada a enclaves entre o sertão e o mar. Tinha, pois, uma configuração ajustada à lógica do imperialismo marítimo. No entanto, as colónias criadas ao longo da orla costeira não estavam viradas apenas para o comércio marítimo; pelo contrário, olhavam para o sertão e viam aí a sua razão de ser; não queriam ser entrepostos de comércio mas focos exportadores das suas próprias produções; as raízes da territorialidade já estavam presentes e condicionariam a actividade dos Portugueses nos anos seguintes, levando-os a dominarem todo o litoral e a penetrarem lentamente pelo sertão, sempre em parceria com os índios aliados. Parece-me emblemático da emergência desta nova dinâmica a fundação São Paulo de Piratininga, em 1554, a primeira cidade lusíada distante do mar ⁹⁶.

Assim, o império passava a ter uma dupla natureza – persistia a velha lógica do imperialismo marítimo, mas despontava um outro modelo assente na ocupação de espaços terrestres. Ao longo dos 100 anos seguintes, o primeiro modelo definharia, incapaz de fazer frente aos novos inimigos que passaram a atacá-lo, a partir da última década quinhentista, mas a outra dinâmica resistiu e continuou a crescer, apesar das perdas sofridas no mar. Chegados à Guerra da Restauração (1640-1668), quase todas as possessões que haviam permanecido ligadas apenas à lógica do imperialismo marítimo tinham sido perdidas, mas a área territorial sujeita à Coroa portuguesa crescerá extraordinariamente nesse período. No Oriente, acrescentava-se então Timor ⁹⁷ e os prazos da Zambézia, que compensavam, em parte, a perda de Ceilão e dos entrepostos do comércio marítimo; no Atlântico, o Brasil tornara-se na mais rica colónia dos europeus do século XVII, nas palavras de Frédéric Mauro ⁹⁸.

⁹⁵ Para esta questão específica, além da bibliografia sobre o Brasil atrás citada, utilizei ainda o estudo de John Manuel MONTEIRO, «Brasil indígena no século XVI: dinâmica histórica tupi e as origens da sociedade colonial», in *Ler História*, Lisboa, n.º 19, 1990, pp. 91-103; Beatriz PERRONE-MOISÉS, «Aldeados, aliados, inimigos e escravos: lugares dos índios na legislação portuguesa para o Brasil», in *Congresso Luso-Brasileiro. Portugal – Brasil, Memórias e Imaginários – Actas*, 2 vols., Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2000, pp. 147-164; finalmente, o meu artigo «A expansão militar europeia e os povos ultramarinos – o caso do Brasil quinhentista», in «Brasil e Portugal. História das Relações militares», *Actas do X Colóquio de História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2001, pp. 53-69.

⁹⁶ Cf. Jaime CORTESÃO, *A fundação de S. Paulo – capital geográfica do Brasil*, Rio de Janeiro, 1955; Vitorino NEMÉSIO, *O Campo de S. Paulo. A Companhia de Jesus e o Plano Português do Brasil (1528-1563)*, Lisboa, INCM, 2001.

⁹⁷ Cf. Artur Teodoro de MATOS, *Timor Português, 1515-1769. Contribuição para a sua história*, Lisboa, Instituto Histórico Infante Dom Henrique, 1974.

⁹⁸ Cf. Frédéric MAURO, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique...*, p. 595.

*

Uma outra inovação apoiada por D. João III prende-se com a propagação do Cristianismo, matéria em que registamos uma vez mais uma dinâmica modernizadora. Em primeiro lugar deve-se notar o facto de ter sido D. João III quem criou a primeira rede de bispados ultramarinos, com as dioceses de Cabo Verde (1533), São Tomé (1533), Goa (1533), Salvador (1551), Etiópia (1555), Cochim (1558) e Malaca (1558), ao mesmo tempo que reorganizava o mapa das dioceses do Reino, o que implicou também a fundação da diocese de Angra (1533); refira-se, a propósito, que esta foi a primeira instituição que abarcava simultaneamente as nove ilhas açorianas.

Além disso, as velhas concepções medievais deram lugar, finalmente, a uma nova militância, estimulada particularmente pela acção dos Jesuítas ⁹⁹. O Cristianismo ganhava então uma dimensão mundial, e a Igreja portuguesa colocava missionários para lá dos limites do Império, aumentando significativamente o impacto cultural dos Portugueses em várias áreas do Globo ¹⁰⁰.

Os religiosos da Companhia de Jesus desempenhariam um papel fundamental na construção do Brasil, pois foram o principal veículo de aproximação entre a Coroa e muitos dos chefes indígenas. Além disso, também participavam activamente no estabelecimento dos Portugueses no Extremo Oriente. A acção dos missionários também facilitava então o alargamento da influência noutras áreas como Ceilão ou Timor, e possibilitava a consolidação do domínio luso, nomeadamente nos territórios de Bardez e Salsete, acções em que intervieram também outras ordens religiosas, nomeadamente Franciscanos e Dominicanos, que haviam precedido os filhos de Santo Inácio no terreno, mas que só agora iniciavam uma intervenção mais dinâmica, adaptando-se assim à renovação da Igreja e ao sentido da evangelização e da militância eclesiástica próprias da Igreja tridentina ¹⁰¹.

Nesta matéria, D. João III personifica muitas das contradições do seu tempo, pois por um lado permitiu que a Igreja em Portugal ficasse ao serviço

⁹⁹ Sobre a organização das missões jesuíticas no Padroado Português a obra de referência é o estudo de Dauril ALDEN, *The making of an enterprise, the Society of Jesus in Portugal, its empire and beyond, 1540-1750*, Stanford, 1996.

¹⁰⁰ Sobre a evolução do conceito de missionação e a forma como a dimensão religiosa da Expansão se foi manifestando sigo o meu estudo «A diáspora missionária», in *História religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2000, vol. 2, pp. 255-313. São ainda especialmente úteis os estudos de David J. BOSCH, *Dynamique de la mission chrétienne, histoire et avenir des modèles missionnaires*, Paris-Lomé-Genebra, 1995; Jean DELUMEAU, *Le Catholicisme entre Luther et Voltaire*, Paris, 1985, 3.^a edição (revista).

¹⁰¹ Para uma visão do modo como evoluiu a noção de evangelização dos povos na época dos Descobrimentos, vide o estudo de Luís Filipe THOMAZ, «Descobrimentos e evangelização. Da Cruzada à missão pacífica», in *Congresso Internacional de História da Missioneação Portuguesa e Encontro de Culturas – Actas*, 4 vols., Braga, 1993, vol. 1, pp. 81-129, assim como o meu trabalho «D. João II e a cristianização de África», in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época – Actas*, 5 vols., Porto, 1989, vol. 1, pp. 405-416.

da intolerância e de valores contrários ao Evangelho, por via da Inquisição, mas, por outro, abriu caminhos para que o Evangelho genuíno fosse anunciado nas mais variadas partes do mundo. A Igreja que perseguia e torturava, e que nas áreas ultramarinas controladas pela Coroa também se associava a políticas de uniformidade religiosa, oferecia, ao mesmo tempo, muitos dos seus clérigos para uma vida arriscada e profundamente desconfortável entre os gentios.

*

Finalmente, deve-se referir que o governo joanino consagrou uma política de comandos unificados tanto no Índico como no Brasil, ao contrário do que fora a prática de D. Manuel I, monarca que ensaiara repetidamente a divisão do governo das partes orientais ¹⁰². Também nesta matéria podemos detectar um fio condutor na política joanina, pois a intervenção directa da Coroa no Índico e no Brasil assentou sempre num modelo de governo central. Isto levou a que despontassem então duas capitais ultramarinas – Goa ¹⁰³ e Salvador da Baía; uma e outra, dois centros políticos, militares e religiosos coordenadores da intervenção dos Portugueses no Oriente e na América do Sul, respectivamente, e ainda hoje dois espaços urbanos que nos seus centros históricos conservam uma marca indelével do luso-tropicalismo e da grandeza própria das capitais.

e) *Eficácia, desenvolvimento e prestígio*

Antes de terminar, gostava de chamar a atenção para outros dois assuntos que me parecem particularmente significativos quanto às capacidades do Império e à dinâmica do processo expansionista em meados do século XVI.

Foi, pois, com D. João III que o império atingiu a sua máxima extensão, abrangendo uma área vastíssima que se estendia do Brasil ao Japão. Importa referir que a existência deste império gerou o mais amplo e complexo sistema de comunicações até então controlado por uma única potência. Demorado, por vezes imperfeito, como é próprio de um modelo pioneiro, era no entanto um sistema eficaz. Com efeito, mantinha em contacto indivíduos que, nos

¹⁰² Baseio-me na minha comunicação «Os governos da Índia», comunicação apresentada ao colóquio *A governação da Índia. Concepções e práticas no reinado de D. Manuel I* (Arrábida, 19 e 20 de Abril de 2002).

¹⁰³ Para a História da cidade de Goa vide Maria Catarina M. H. dos SANTOS, «Goa é a chave de toda a Índia» – *Perfil político da capital do Oriente Português: formação e definição (1505-1570)*, Lisboa, CNCDP, 1999; Maria de Jesus dos Mártires LOPES, *Goa setecentista. Tradição e modernidade*, Lisboa, Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 1996; *Goa, 1510-1685. L'Inde portugaise, apostolique et commerciale* (dir. de Michel CHANDEIGNE), Paris, Ed. Autrement, 1996.

casos limite, estavam a mais de dois anos de distância para que se estabelecesse comunicação num sentido ou mais de quatro para a obtenção de uma resposta ¹⁰⁴.

Além disso, a expansão portuguesa proporcionava então avanços importantes da ciência europeia, sobretudo no campo da Geografia e domínios afins. Merece especial referência Pedro Nunes, o célebre cientista e cosmógrafo-mor do Reino que, com o auxílio das experiências dos navegadores, realizou descobertas importantes, como a curva loxodrómica ou a variação das declinações magnéticas ¹⁰⁵. Note-se que estas descobertas resultaram de observações realizadas por Martim Afonso de Sousa no Brasil e por D. João de Castro, na sua primeira viagem à Índia, respectivamente. Quer isto dizer que alguns dos principais cabos de guerra, responsáveis pelo alargamento do império no Atlântico e no Índico, também contribuíam para o avanço da ciência. Pedro Nunes foi igualmente responsável por invenções como o anel náutico e o instrumento de sombras; estas viriam a revelar-se pouco úteis para a navegação, mas a sua concepção e experimentação são, por si só, sinais óbvios do modo como a Expansão estimulava o desenvolvimento científico em Portugal.

Também no campo da roteirística e da cartografia as viagens realizadas pelos Portugueses continuavam a contribuir para um aperfeiçoamento sistemático da percepção do mundo e os cartógrafos e pilotos portugueses eram cobiçados por muitas cortes europeias.

Finalmente, deve-se realçar que esta difusão do conhecimento não se circunscrevia ao campo restrito dos cientistas, mas começava a atingir outros públicos, nomeadamente pela difusão de obras impressas. Logo na primeira metade do século XVI, várias obras, algumas com múltiplas edições, haviam divulgado os novos mundos descobertos pelos Portugueses ¹⁰⁶. Na segunda metade da centúria, as notícias chegadas a Lisboa conheceriam ainda uma maior divulgação através de atlas, relatos de viagens ou crónicas ¹⁰⁷. Além

¹⁰⁴ Um sistema que permitia, por exemplo, que Ôtomo Yoshishige escrevesse em 1560 à Regente da Coroa portuguesa, lamentando a morte do rei de Portugal, ocorrida em 1557, e renovando os laços de amizade entre a casa de Bungo e a Coroa lusitana. Cf. o meu artigo, «A Coroa portuguesa e o Japão», in *Oceanos*, Lisboa, CNCDP, n.º 15, 1993, pp. 26-33.

¹⁰⁵ Cf. «NUNES, Pedro», in *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*; Luís de ALBUQUERQUE, *Curso de história da náutica*, Coimbra, Livraria Almedina, 1972, pp. 199-229.

¹⁰⁶ Cf. A. A. Banha de ANDRADE, *Mundos novos do mundo*, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972 ; J. S. da Silva DIAS, *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Lisboa, Editorial Presença, 1982; W. G. L. RANDES, «La diffusion dans l'Europe du XVI^e siècle des connaissances géographiques dues aux découvertes portugaises», in *La Découverte, le Portugal et l'Europe*, Paris, 1990, pp. 269-277; Jorge Borges de MACEDO, «Livros impressos em Portugal no século XVI, interesse e formas de mentalidade», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, vol. IX, 1975, pp. 183-221.

¹⁰⁷ O caso particular do Japão, que estudei detalhadamente, parece-me constituir um excelente exemplo deste fenómeno: «O Japão e os Japoneses nas obras impressas na Europa quinhentista», in *O Japão e o Cristianismo no século XVI. Ensaio de História Luso-Nipônica*,

disso, os Jesuítas, que haviam sido enviados tão depressa para as áreas da Expansão portuguesa, iniciavam por meados do século uma actividade editorial intensa que propagandeava os seus feitos, mas que daria a conhecer, simultaneamente, a acção dos Portugueses pelo mundo a um público cada vez mais vasto ¹⁰⁸.

Balanço final

Em meados do século XVI, o Império Português era uma entidade dinâmica que iniciava um processo de mudanças significativas, por então ainda lentas, mas que viriam a transformá-lo profundamente. Era um Império marítimo que começava a desenvolver uma lógica de domínio terrestre.

Até 1521 predominara uma geo-estratégia adequada ao mundo medieval, ou seja, ajustada à Geografia conhecida, *grosso modo*, até meados do século XV. As áreas descobertas no final de Quatrocentos e no início de Quinhentos haviam sido concebidas essencialmente como meios de enriquecimento rápido, e também como pontos de apoio que permitiriam alcançar velhos objectivos, como o da Grande Cruzada contra a Mourama. D. João III, por sua vez, já crescera e formara a sua personalidade no mundo moderno e global, dado a conhecer pelas Descobertas, e que se abrira maravilhosamente aos olhos dos europeus na viragem da centúria, precisamente na época em que D. João III nasceu. É emblemático desta nova maneira de ver o mundo, que date de 1502, precisamente o ano do nascimento de D. João, o primeiro planisfério moderno, que foi elaborado em Lisboa e que é conhecido hoje como a carta de Cantino ¹⁰⁹.

O monarca pôde, por isso, desenvolver uma nova concepção geo-estratégica da Expansão, ajustada a essa nova realidade geográfica, que tinha o seu eixo fundamental nos oceanos e que tinha como prioridade a economia

Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999, pp. 189-290. No que respeita ao caso da China, veja-se o estudo recente de Manel OLLÉ, *La invención de China. Percepciones y estrategias filipinas respecto a China durante el siglo XVI*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, 2000.

¹⁰⁸ Desde a década de 1550-60, os Jesuítas publicaram centenas de textos por toda a Europa Católica, com traduções numerosas para latim, castelhano, francês, italiano, alemão e polaco, além de que os próprios jesuítas organizaram colectâneas manuscritas dessas cartas em inglês para circulação clandestina; os seus escritos passaram mesmo oficialmente para o lado protestante, pois em Inglaterra, por exemplo, seriam publicadas traduções de cartas de vários religiosos, nomeadamente de Luís Fróis. Para lá do meu estudo, citado atrás, sobre esta matéria, também recorri ao trabalho de John Correia AFONSO S.J., *Jesuit letters and Indian history*, Oxford, 1969, 2.^a edição (1955). O principal catálogo para levantamento da produção jesuítica é o de Charles SOMMERVOGEL S.J., *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, Bruxelas, 1890-1909, 10 vols.

¹⁰⁹ Cf. *Portugaliae Monumenta Cartographica* (ed. Armando CORTESÃO e A. Teixeira da MOTA), 5 vols., Coimbra, 1960, vol. 1, estampa 4.

em vez da ideologia: o velho sonho da Cristandade foi então definitivamente substituído pelos interesses específicos de Portugal ¹¹⁰.

A partir de meados do século XVI, a Expansão assentava em dois eixos comerciais diferentes e igualmente importantes: o oriental, que articulava circuitos mercantis do Índico e do Pacífico, e o ocidental, virado essencialmente para o Atlântico sul. Completava-se, assim, a política expansionista de D. João III, também marcada pelo ajustamento a uma nova conjuntura exterior muito mais pressionante e que se caracterizou ainda pelo alargamento considerável das áreas de influência de Portugal, pela diversificação dos negócios e pelo aparecimento de novos protagonistas. Assim, a Expansão mostrava ser um processo pleno de vitalidade, capaz de enfrentar com sucesso os desafios com que deparava, de se renovar e de se reformular.

Mais tarde, e face a uma nova ordem geo-estratégica mundial e a um envolvimento empenhado de outras potências europeias nos negócios ultramarinos, Portugal viu-se forçado a reformular as suas opções ultramarinas na época da Restauração. Deu-se então a subalternização definitiva do Oriente e desenvolveu-se uma estratégia assente na expansão territorial especialmente no Atlântico Sul ¹¹¹, dando razão, assim, à visão moderna do Império que havia sido concebida por D. João III.

A terminar observemos o quadro n.º 5, que me parece particularmente elucidativo. Aí estão indicadas as possessões principais que estavam sujeitas à Coroa portuguesa à morte de D. Manuel I, à morte de D. João III e no final da Guerra da Restauração. Notamos, assim, que a maioria das possessões controladas em 1521 já não pertenciam ao Império em 1668: restavam apenas as ilhas atlânticas, uma praça marroquina – Mazagão; além disso, Moçambique, Sofala, Chaul e Goa também permaneciam sob domínio português, mas enquadrados em sistemas de controlo de áreas territoriais, o que não sucedia em 1521. Podemos ver ainda que à morte de D. João III as posições herdadas de D. Manuel I permaneciam no império. No final do reinado joanino, porém, já podemos assinalar a negrito várias zonas ligadas ao domínio de territórios, além de que quase todas as novas áreas dominadas durante este reinado continuavam a fazer parte do Império no final do século XVII. Na transição do terceiro quartel quinhentista para o terceiro seiscentista, as novidades principais são o desaparecimento quase completo das possessões ligadas ao imperialismo marítimo e o aparecimento das primeiras possessões em terra firme da costa ocidental africana, o que foi, em grande

¹¹⁰ Parece-nos interessante notar, a este propósito, que é precisamente durante o reinado de D. João III que as crónicas se passam a referir aos portugueses no Ultramar como «os Portugueses» e não como «os Cristãos», expressão que ainda é corrente nos textos de Rui de Pina, cronista que compôs as suas crónicas sobre o século XV, já no reinado de D. Manuel I.

¹¹¹ Sobre esta matéria recorro sobretudo a Pedro Soares MARTINEZ, cit., pp. 135-155; Jorge Borges de MACEDO, *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força. Estudo de Geopolítica*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, s/d., pp. 143-199.

medida, o resultado da intensificação do trato negreiro no Atlântico em direcção ao Brasil.

Hoje é relativamente fácil olhar para trás, organizar estes dados e interpretá-los, mas a reestruturação do império levada a cabo por D. João III parece não ter sido percebida pelos seus contemporâneos, ainda ofuscados pelas conquistas do Almeida e de Albuquerque. Além de incompreendido, o rei não conseguiu renovar nem as mentalidades nem o tecido social, pelo que a sua obra foi, em regra, desvalorizada, ao longo dos tempos.

Como é próprio de todos os seres humanos, o seu legado não é exemplar; D. João III, como quase todos os homens, não foi um herói, mas foi, sem dúvida, um governante capaz de adaptar o império ao seu tempo e de prepará-lo para o futuro; nesta matéria tratou-se, sem dúvida, de um rei com visão e, em minha opinião, foi, nesta matéria, um governante bem sucedido.

QUADRO N.º 1

FILHOS E IRMÃOS DE D. JOÃO III FALECIDOS DURANTE O SEU REINADO

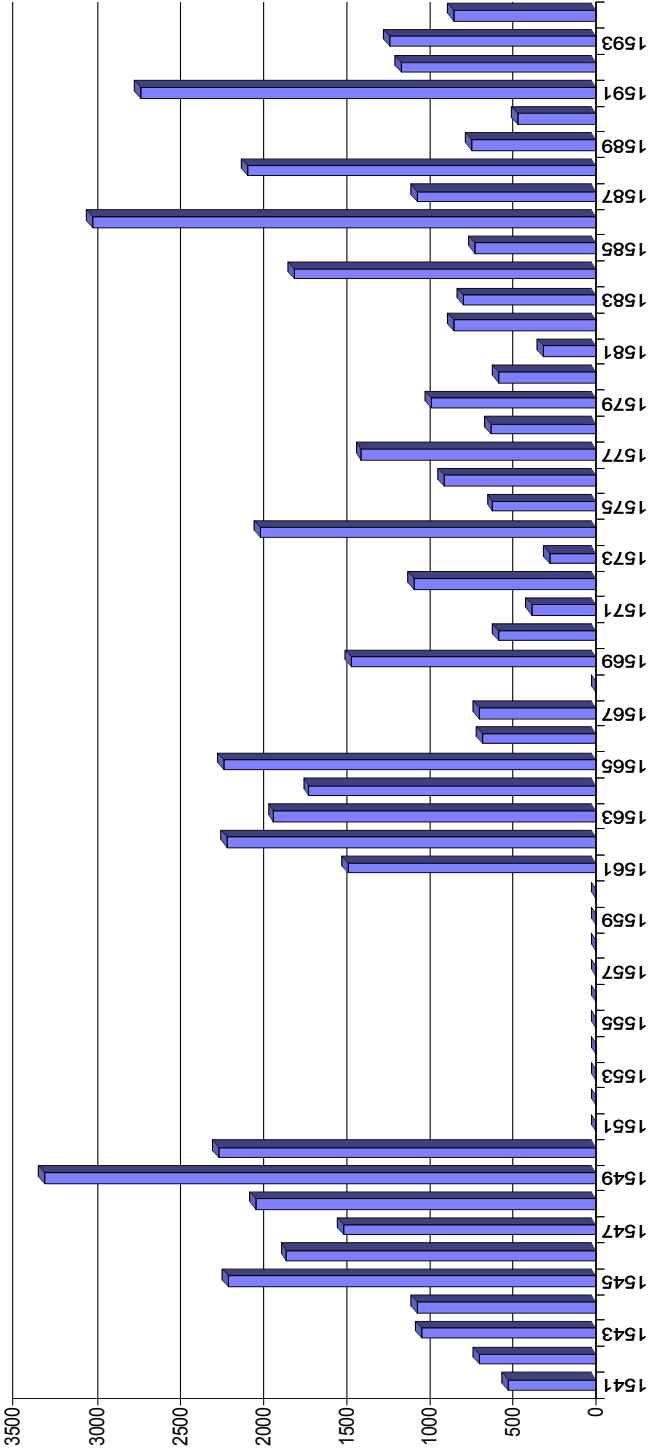
DATA DA MORTE	NOME	PARENTESCO	IDADE	
Março de 1526	D. Afonso	filho	1 mês	
c.1529	D. Isabel	filha	poucos meses	
c. 1530	D. Beatriz	filha	poucos meses	
7/11/1534	D. Fernando	irmão	27	
1/1/1537	D. Dinis	filho	19 meses	
14/4/1537	D. Manuel	filho	5	jurado herdeiro em 1535
8/1/1538	D. Beatriz	irmã	33	Falecida em Nice
29/4/1539	D. Filipe	filho	6	jurado herdeiro em 1537
1/5/1539	D. Isabel	irmã	35	Falecida em Toledo
20/1/1540	D. António	filho	9 meses	
21/4/1540	D. Afonso	irmão	31	
20/9/1540	D. Duarte	irmão	24	
11/11/1543	D. Duarte	filho	22	bastardo
12/8/1545	D. Maria	filha	17	Falecida em Valladolid
2/1/1554	D. João	filho	16	jurado herdeiro em 1539
27/11/1555	D. Luís	irmão	49	

QUADRO N.º 2

CAPITANIA-MOR DAS ARMADAS DA ÍNDIA NO REINADO DE D. JOÃO III

ANO	CAPITÃO-MOR	COM EXPERIÊNCIA NO ÍNDICO?	COM EXPERIÊNCIA DE COMANDO DE ARMADAS?	ARMADA COM CAPITÃES COM EXPERIÊNCIA?
1522	-	-	-	NÃO
1523	Diogo da Silveira	NÃO	NÃO	SIM
1524	D. Vasco da Gama	SIM	-	-
1525	Filipe de Castro	SIM	-	-
1526	-	-	-	SIM
1527	Manuel de Lacerda	SIM	-	-
1528	Nuno da Cunha	SIM	-	-
1529	Diogo da Silveira	SIM	-	-
1530	-	-	-	SIM
1531	-	-	-	SIM
1532	D. Estêvão da Gama	SIM	-	-
1532	D. Paulo da Gama	SIM	-	-
1533	D. João Pereira	SIM	-	-
1533	D. Gonçalo Coutinho	SIM	-	-
1533 *	D. Pedro de Castelo Branco	SIM	-	-
1534	Martim Afonso de Sousa	NÃO	SIM	-
1535	Fernão Peres de Andrade	SIM	-	-
1536	Jorge Cabral	SIM	-	-
1537	-	-	-	SIM
1537 *	Diogo Lopes de Sousa	SIM	-	-
1538	D. Garcia de Noronha	SIM	-	-
1539	Pero Lopes de Sousa	NÃO	SIM	-
1540	Francisco Sousa Tavares	SIM	-	-
1541	Martim Afonso de Sousa	SIM	-	-
1542	-	-	-	SIM
1543	Diogo da Silveira	SIM	-	-
1544	Fernão Peres de Andrade	SIM	-	-
1545	D. João de Castro	SIM	-	-
1546	Lourenço Pires de Távora	NÃO	NÃO	SIM
1547	D. Francisco de Lima	SIM	-	-
1547 *	Martim Correia da Silva	SIM	-	-
1547 *	Francisco Barreto	NÃO	NÃO	NÃO
1548	D. João Henriques	SIM	-	-
1548	João Mendoça	SIM	-	-
1548	Manuel Mendoça	SIM	-	-
1549	-	-	-	SIM
1550	D. Afonso de Noronha	NÃO	NÃO	SIM
1551	Diogo Lopes de Sousa	SIM	-	-
1552	Fernão Soares de Albergaria	NÃO	-	SIM
1553	Fernão Álvares Cabral	NÃO	NÃO	1
1554	D. Pedro de Mascarenhas	NÃO	NÃO	SIM
1555	D. Leonardo de Sousa	NÃO	NÃO	NÃO
1556	D. João Meneses Sequeira	NÃO	NÃO	NÃO
1557	D. Luís Fernandes Vasconcelos	NÃO	NÃO	1

QUADRO N.º 3
QUANTITATIVOS ANUAIS DE ESCRAVOS REGISTRADOS PARA SEREM ENVIADOS PARA AS ÍNDIAS DE CASTELA
ATRAVÉS DAS ILHAS DE CABO VERDE OU DOS RIOS DA GUINÉ (1541-1550; 1561-1594)



FONTES: Maria Manuel TORRÃO, *Tráfico de Escravos entre a Costa da Guiné e a América Espanhola. A Articulação dos Impérios Ultramarinos Ibéricos num Espaço Atlântico (1466-1595)*, Dissertação apresentada para provas de acesso a Investigador Auxiliar, Lisboa, 2000 (texto policopiado pp. 406, 468 e 485).

QUADRO N.º 4
PRODUÇÃO DE AÇÚCAR NAS ÁREAS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS
 (estimativas em arrobas)

ANO	MADEIRA	S. TOMÉ	BRASIL	TOTAL
1497	90.295			90.295
1501	100.625			100.625
1504	182.910			182.910
1505	209.362			209.362
1506	230.015			230.015
1507	176.984			176.984
1508	173.092			173.092
1509	146.400			146.400
1516	122.101	[+ 50.000]		[+ 170.000]
1517		100.000		[200.000]
1521	106.337			[200.000]
1528	84.535	123.170		207.705
1537	46.700	135.860		182.560
1550		150.000	[+ 50.000]	[+ 200.000]
1565			180.000	[+ 250.000]
1578		175.000		[+ 350.000]
1579				
1580	c.40.000	200.000	350.000	c.590.000
1590			900.000	900.000
1600		9.000	1.200.000	+ 1.200.000
1602		40.000		[+ 1.000.000]
1605		60.000		[+ 1.000.000]
1610		60.000	1.000.000	[+ 1.000.000]

FONTES: Miguel Jasmins RODRIGUES, «Açúcar», in *Dicionário de História dos Descobrimentos...*; Alberto VIEIRA, «Consequências do povoamento e o ciclo do açúcar na Madeira nos séculos XV e XVI», in *Portugal no mundo* (dir. de Luís de ALBUQUERQUE), 6 vols., Lisboa, Alfa, 1989, p. 219; Vitorino Magalhães GODINHO, *Descobrimentos e Economia Mundial...*, vol. 4, pp. 96-97; Cristina Seuanes SERAFIM, *As ilhas de S. Tomé no século XVII...*, p. 257; Frédéric MAURO, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVIIe siècle...*, pp. 219, 278-281.

QUADRO N.º 5
POSSESSÕES PRINCIPAIS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

1521	1557	1670
Ilhas atlânticas	Ilhas atlânticas	Ilhas atlânticas
Marrocos Ceuta, Alcácer-Ceguer, Tânger, Arzila, Azamor, Mazagão, Safim, Santa Cruz de Cabo de Gué	Marrocos Ceuta, Tânger, Mazagão	Marrocos Mazagão
Arguim / Mina	Arguim / Mina	-
Moçambique / Sofala	Moçambique / Sofala	Moçambique / Sofala Prazos da Zambézia
Ormuz Fortalezas adjacentes	Ormuz Fortalezas adjacentes	-
Chaul	Província do Norte Diu, Baçaim, Chaul	Província do Norte Diu, Damão, Baçaim, Chaul
Ilha de Goa	Goa, Bardez e Salsete	Goa, Bardez e Salsete
Cananor / Calicut / Cochim / Coulão	Cananor / Chale / Cranganor / Cochim / Coulão	-
Colombo	Colombo	-
Malaca / Pacém	Malaca / Maluco	-
-	Negapatão / Paliacate	-
-	Macau	Macau
-	Timor	Timor
-	Brasil S. Vicente / S. Paulo / Santos / Vitória / Porto Seguro / Ilhéus / Salvador / Recife / Olinda	Brasil S. Vicente / S. Paulo / Santos / Rio / Vitória / Porto Seguro / Ilhéus / Salvador / Recife / Olinda / Natal / Fortaleza / S. Luís / Belém
-	-	Cacheu
-	-	Luanda / Benguela